



A formação e seus determinantes

O perfil epidemiológico é para as ETSUS central no planejamento dos cursos

sumário

2 ■

especial

- A democracia reverbera na promoção da saúde
- Unidos pela luta antimanicomial

12 ■

capa

A formação segundo os problemas de saúde no Brasil

18 ■

em rede

A educação profissional sob a reflexão da RET-SUS

22 ■

aconteceu

Um giro pelas escolas do Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Paraná, Maceió, Goiás, Pará, Ceará, Minas Gerais, Vitória, Rondônia e Santa Catarina.

28 ■

panorama

Números indesejáveis de contaminação

Determinações da formação profissional

As mudanças do perfil epidemiológico brasileiro são complexas, com destaque para o crescimento das doenças crônicas não transmissíveis, o que implica para as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) planejamento estratégico quanto à oferta de cursos de qualificação e técnicos em saúde. Diante disso, a Revista RET-SUS nº 77, em sua matéria de capa, apresenta como as ETSUS pensam a formação em saúde face às modificações, em longo prazo, dos padrões de morbidade, invalidez e morte da população brasileira.

Na seção 'Especial', a cobertura da 22ª Conferência Mundial de Promoção e Educação na Saúde, promovida pela primeira vez no Brasil pela União Internacional para a Promoção da Saúde e Educação para a Saúde (UIpes), em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em maio deste ano. O evento, que se destacou pela salvaguarda da democracia como garantia da promoção da saúde, estava imerso em onda de manifestações contra o encaminhamento dado ao afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, caracterizado como golpe à democracia brasileira. No mês de maio, ainda, em São Paulo, e na mesma direção, foi promovido, pela Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), o 5º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, com destaque para a defesa de direitos conquistados com a Lei da Reforma Psiquiátrica.

A Oficina Nacional da RET-SUS, realizada em Brasília, nos dias 7 e 8 de julho, faz parte, por sua vez, da seção 'Em Rede' desta publicação, apresentando o Projeto de Apoio Estratégico e Fortalecimento da Formação Técnica de Nível Médio em Saúde, abrigado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e que inclui, entre outras ações, a Secretaria de Comunicação desta Rede.

Em 'Aconteceu', um giro pela ESP-CE, ESP-MG, Efos (SC), ETSUS-PA, ETSUS-AC, EPSJV (RJ), Cetas (RO), ETSUS Vitória (ES), Etsal (AL), Cefor-RH-PR, ESP-PE, CEP-Saúde (GO) e ETSUS Blumenau (SC). Finalizando, a seção 'Panorama' traz um resumo do artigo 'Agrotóxicos – liderança indesejável no mundo', do jornalista Washington Novaes, chamando atenção para as altas doses de resíduos químicos em frutas, verduras e legumes.

Uma boa leitura!

Editoria Geral da RET-SUS

expediente

Ano X - nº 77 - julho/agosto/setembro de 2016
Revista RET-SUS
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil
ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Integrantes da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Claudia Brandão Gonçalves (Deges/SGTES/MS); **Haroldo Jorge De Carvalho Pontes** (Conass); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (Conasems); **A definir** (Opas/OMS); **Angelita de Almeida** (ETSUS Região Norte); **Alessandro Soledade Reis** (ETSUS Região Nordeste); **Ena de Araújo Galvão** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Regina Célia Diniz Werner** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 9.000 exemplares . **Impressão:** Edigráfica . **Periodicidade:** Trimestral

Endereço

Secretaria de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Manginhos . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria Geral

Katia Machado

Reportagem e redação

Ana Paula Evangelista, Flavia Lima
Julia Neves e Katia Machado

Projeto Gráfico e Diagramação

Mário Carestiatto

Capa

Mário Carestiatto

Assistente de Projeto

Fernanda Martins

Apoio à Gestão

Rafael Andrade



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



Em sua 22ª edição, a Conferência Mundial de Promoção e Educação na Saúde revigora o debate em torno do direito à saúde.

A democracia reverbera na promoção da saúde

especial

Flavia Lima

A 22ª Conferência Mundial de Promoção e Educação na Saúde, promovida pela primeira vez no Brasil pela União Internacional para a Promoção da Saúde e Educação para a Saúde (Uipes), em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), entre os dias 22 e 26 de maio, na cidade de Curitiba (PR), se destacou pela salvaguarda da democracia como garantia da promoção da saúde.

Sob o tema *Promovendo Saúde e Equidade*, o encontro reuniu cerca de duas mil pessoas, provenientes de mais de 70 países, com relevo para as manifestações contra o afastamento da então presidente da República Dilma Rousseff — admitido pela Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, dando lugar ao peemedebista Michel Temer, o processo de impedimento foi concluído no dia 31 de agosto, quando o Senado decidiu por 61 votos a 20 retirar de Dilma o mandato. “Debater a promoção da saúde em defesa do SUS é defender, também, a democracia tão cara para nós, latino-americanos”, resumiu o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Santos. Na abertura, ele observou ser bastante oportuno discutir a promoção da saúde no atual contexto brasileiro, em meio a uma crise política que coloca em risco o Estado democrático de direito.

Centralidade no social

Responsável pela conferência magna, o professor de Política Econômica e Sociologia da Universidade de Oxford e pesquisador associado da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres (*London School of Hygiene and Tropical Medicine*), David Stuckler, considerado um dos cem melhores pensadores globais, lembrou que uma boa saúde começa nas comunidades, ou seja, com promoção da saúde. Ele destacou, com críticas, os cortes no Sistema Único de Saúde (SUS) anunciados pelo governo federal dias antes, observando os efeitos negativos das medidas adotadas por governantes que decidiram ceifar os recursos públicos do orçamento da saúde como forma de resolver a crise econômica, a exemplo do que fizeram alguns países europeus. Stuckler realçou que as políticas de austeridade da Europa provocou um efeito devastador sobre a saúde das populações, face à redução do acesso ao atendimento à saúde e aos remédios. “O resultado é o aumento da incidência de suicídios e de doenças infecciosas”, revelou, sublinhando a Grécia nesse contexto. “O país promoveu redução orçamentária nos programas de prevenção ao HIV/aids e amarga, desde 2011, um aumento de mais de 200% nas infecções pelo vírus. Além disso, sofre com o retorno de antigas epidemias, como da malária, e o crescimento em cerca de 60% do índice de suicídios”, listou, explicando que o problema do suicídio é resultado do aumento do consumo de drogas e do desemprego juvenil, que chega a 50%.

O estudioso lembrou, também, a crise no Leste Europeu, na década de 1990. Na ocasião, a terapia de choque do programa de privatização da Rússia e a demolição da Era Soviética geraram mortes e doenças. Por outro lado, uma transição mais branda promovida na vizinha Belarus manteve os níveis de saúde pública favoráveis à população. Outro exemplo no mesmo sentido foi a Islândia, quando durante a crise econômica priorizou a defesa da saúde e dos programas sociais. O país, segundo o professor, após a falência dos três principais bancos comerciais e com uma dívida interna grande, observando o desemprego aumentar nove vezes e o valor da moeda local entrar em colapso, colocou a política de austeridade econômica — ou seja, o rigor nos cortes dos gastos públicos — sob voto popular, ao invés de salvar bancos e realizar cortes no orçamento. “Em dois referendos, em 2010 e 2011, os islandeses votaram majoritariamente a favor do pagamento gradual aos credores internacionais e contra a política de austeridade, recuperando a economia do país”, disse, revelando que, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) classificou a Islândia a segunda nação mais feliz do mundo. Diante de uma crise econômica, Stuckler defende a criação de programas de ajuda às pessoas e de suporte para que retomem o emprego e investimento em saúde pública. “A prevenção é sempre mais barata do que o tratamento”, advertiu.

Público X Privado

A disputa de interesses entre o público e o privado esteve no centro de algumas discussões. Na plenária *Conflitos entre o público e o privado e seus impactos na promoção da saúde*, o destaque foi a necessidade de se garantir promoção sem a intervenção dos interesses privados. Vice-diretora da Aliança de Controle do Tabagismo + Saúde (ACT+), organização não-governamental focalizada no controle do tabagismo e das doenças crônicas não transmissíveis, Mônica Andreis destacou a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial da Saúde (OMS), que versa sobre a proteção das gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. Este é o primeiro tratado internacional de saúde pública, desenvolvido sob os auspícios da OMS, entre 1999 e 2003, envolvendo os 192 países membros da Organização, e que teve o Brasil como um dos líderes em seu processo de desenvolvimento, a partir de fevereiro de 2005, quando a CQCT passou a vigorar.

O tratado é também considerado um marco histórico para a saúde pública global, segundo revelou Mônica, por trazer em seu texto medidas para reduzir a epidemia do tabagismo em proporções mundiais e abordar temas



David Stuckler critica as medidas que reduzem os recursos públicos da saúde, focalizando o Brasil e a América Latina.



O debate sobre o desenvolvimento sustentável lembra a taxa de mortalidade infantil da Nigéria.

como propaganda, publicidade e patrocínio, advertências, marketing, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal e impostos, além de obrigar os Estados a proteger as políticas públicas de saúde quanto ao controle do tabaco dos interesses comerciais. "Evidências mostram que as mais variadas táticas têm sido utilizadas pela indústria do tabaco para expandir a venda de seu produto e garantir sua lucratividade, e medidas autorregulatórias ou voluntárias mostraram não ser efetivas. Por isso, o tratado torna-se essencial", sentenciou.

O coordenador da Unidade Técnica de Alimentação, Nutrição e Câncer do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) e presidente da World Public Health Nutrition Association (WPHNA), nutricionista Fábio da Silva Gomes, defendeu mais parcerias público-público, garantindo dessa forma os direitos da população e a participação social das comunidades. Ele destacou como experiência exitosa de promoção da saúde o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), originalmente implantado em 1955, sob o gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A proposta tem como foco o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional. O site do FNDE revela que, em 2015, o programa contou com R\$ 3,8 bilhões de recursos, beneficiando 42,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Ainda segundo o Fundo, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é de R\$ 1,00 (creches), R\$ 0,50 (pré-escola), R\$ 0,60 (escolas indígenas e quilombolas), R\$ 0,30 (ensinos fundamental, médio e educação de jovens e adultos), R\$ 1,00 (ensino

integral), R\$ 0,90 (alunos do Programa Mais Educação) e R\$ 0,50 (alunos que frequentam o atendimento educacional especializado no contraturno).

No simpósio *O setor privado está interessado em promoção da saúde? Por quê? Para quê? Com quem?*, o superintendente corporativo do Hospital Sírio-Libanês, Gonzalo Vecina Neto, discorreu sobre a necessidade da regulação do setor privado por parte do Estado. "O setor privado e o mundo da saúde têm que estar presente frente a uma competente regulação do Estado. Afinal, o setor é responsável atualmente por 90% da Estratégia Saúde da Família e 65% da rede hospitalar no país", realçou.

Ele observou faltar transparência para que a sociedade saiba como os recursos públicos estão sendo aplicados nas políticas públicas. "É preciso segurança na assistência à saúde, já que a maior parte das ações está dentro do campo da prevenção primária. Nisso, o setor privado é pioneiro, dando transparência aos indicadores de resultados relativos à segurança da saúde", opinou, ponderando, porém, que ao privado falta absorver os conceitos de integralidade e promoção da saúde.

Saúde emancipadora

Um dos debates mais concorridos, a plenária *Caminhos para alcançar o desenvolvimento humano sustentável e saudável em uma escala global* contou com a participação do médico Aderemi Mabadeje, da ONG Brown Button Foundation, na Nigéria. Ele falou sobre a atuação da instituição na redução da taxa de mortalidade infantil da Nigéria, que atualmente é de 18%, devido aos altos índices de HIV/aids. Segundo ele, para fazer frente ao problema, a ONG oferece um kit de parto, que custa de US\$ 3 a US\$ 5, contendo material esterilizado e garantindo um ambiente protegido da

contaminação do vírus. “Fazemos parte de um grupo de voluntários para ajudar no desenvolvimento humano. Mas sabemos que há uma lacuna entre governo e comunidade. Por isso, precisamos mostrar que o programa é relevante, mas precisamos de estabilidade política, infraestrutura e comitê forte”, esclareceu. Mabadeje destacou a participação da sociedade como ponto-chave para definir os cuidados em saúde.

Reitor da Universidad Andina Simón Bolívar, no Equador, o médico epidemiologista Jaime Breilh orientou adotar a perspectiva de determinação social da saúde como forma de enfrentar um contexto de regressão de direitos e alienação das instituições e de contraposição ao que chamou “governança do suicídio da humanidade”. “É indispensável inflexionar o paradigma científico, impedir a destruição das economias sustentáveis, romper a lógica antropocêntrica dos donos do capital que considera a natureza como um recurso e trata a vida como mercadoria”, sublinhou. Ele citou que o Brasil e a América Latina enfrentam uma ofensiva neoliberal que provoca uma crise na saúde.

Para Breilh, o capitalismo global apropriou-se da riqueza do mundo, a exemplo da água assenhoreada pelas terras agrícolas mundo a fora. “Os governos já não decidem pelo destino da humanidade, as empresas o fazem”, advertiu, lembrando que os interesses das organizações privadas estão sobrepostos aos interesses dos cidadãos. Ele aposta em pequenas iniciativas em defesa da saúde e da qualidade de vida dos cidadãos, como motor do desenvolvimento humano e sustentável do planeta. “Precisamos pensar em uma saúde emancipadora, com mais processos e menos

indicadores de desenvolvimento. Esses processos precisam contemplar a proteção, a promoção e a prevenção em todos os níveis, unindo a vida das pessoas e suas classes sociais”, sugeriu.

Um simpósio sobre os dez anos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) buscou refletir os legados e o futuro desta proposta, inaugurada em 2006. Coordenadora da Vigilância de Agravos e Doenças Não-Transmissíveis do Ministério da Saúde (SVS/MS) e professora da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, a médica Deborah Carvalho Malta discorreu sobre o processo de construção da política, que receberá neste ano de 2016 sua primeira atualização, passando a tratar da questão da equidade, bem como sobre os avanços e os desafios do campo. “A promoção da saúde implica equidade, busca da autonomia, empoderamento, integralidade, foco no território, participação social, governança e setorialidade”, listou.

Por sua vez, a professora do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), Dais Gonçalves Rocha, lembrou que, enquanto a PNPS era produzida, um documento no mesmo sentido no Chile já completava 10 anos, revelando um grande atraso do Brasil em relação ao debate em torno da promoção da saúde. “Nosso principal desafio, hoje, é estabelecer a equidade como primeiro princípio da PNPS e guia para enfrentar as questões sociais e empoderar as vozes emergentes”, sublinhou Dais, para quem as políticas de saúde precisam ser observadas como dimensões de vida, “e não como aspectos sociológicos”. ▣



Na ponta da mesa, Jaime Breilh critica a sobreposição dos interesses das organizações privadas sobre as necessidades dos cidadãos.

Flávia Lima / RET-SUS

Seguindo a tradição, a 22ª Conferência Mundial de Promoção e Educação na Saúde reuniu pesquisas, práticas e políticas ligadas ao tema do evento, segundo critérios de originalidade e criatividade, clareza de conteúdo, contribuição para o conhecimento ou a prática da promoção da saúde e da equidade, relevância e adequação de resultados e adequação ao formato da sessão. Três instituições que compõem a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) apresentaram trabalhos nesse sentido: a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG); a Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul (ETSUS-RS); e a Escola de Formação em Saúde da Família Visconde em Sabóia (EFSFVS), em Sobral (CE).

Representando a ESP-MG, a analista em Educação e Pesquisa em Saúde Luciana Souza d'Ávila apresentou três trabalhos: *O compartilhamento de informações para qualificação das decisões judiciais no campo da saúde em Minas Gerais*; *Sistema de pesquisa em Direito Sanitário: em busca da qualificação das decisões no estado de Minas Gerais*; e *O direito à saúde como um instrumento de justiça social*. Segundo ela, as investigações estão inseridas em uma só pesquisa, que tem como justificativa a contribuição para a formação do trabalhador técnico em saúde. A pesquisadora informou que, como o trabalho ainda está em andamento, não possui os resultados disponíveis para divulgação.

Metodologias em destaque

Superintendente de Pesquisa da escola mineira, Marilene Barros de Melo apresentou a pesquisa *Promoção da saúde na terra indígena Xakriabá: o mapa falado como dispositivo*, cujo objetivo foi descrever a elaboração da estratégia. Trata-se, segundo ela, do mapeamento territorial a partir da visão e observação coletiva dos indígenas, permitindo refletir sobre as características ambientais, físicas e sociais, associando-as ao problema da Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), tão comum na região indígena. "A apropriação das características do território a partir do mapa falado favoreceu a construção coletiva de materiais lúdicos, como jogos, cantigas de roda, versos e narrativa, abordando a prevenção e o controle da doença no local", revelou.

Da elaboração do mapa falado, participaram docentes, agentes indígenas de saúde, representantes das lideranças locais, conselheiros de saúde, enfermeiros, médicos e técnicos em enfermagem.

"A estratégia permitiu trabalhar os princípios que regem a promoção da saúde, uma vez que propõe repensar a perspectiva do território, a emancipação dos diversos sujeitos envolvidos e a construção coletiva", acrescentou.

Outro trabalho apresentado por Marilene, intitulado *Pesquisa-ação na perspectiva da promoção da saúde*, buscou evidenciar o uso da pesquisa-ação na investigação da promoção da saúde. Segundo ela, a metodologia de pesquisa permite os sujeitos interferirem no trabalho com análises e proposições. Trata-se, neste caso, de um espaço de escuta, autorreflexão, exercício da alteridade, instauração de novos significados, possibilidades da palavra-ação e aproximação privilegiada com o cotidiano do SUS. "A metodologia favoreceu o estudo da promoção da saúde, à medida que ampliou a possibilidade de conhecer o contexto social investigado", justificou.

Coube à coordenadora do Núcleo de Atenção Primária e Vigilância em Saúde da ESP-MG, Danielle Costa Silveira, falar sobre o trabalho *Análise documental do plano global específico (PGE) de áreas do programa Vila Viva, em Belo Horizonte*. Segundo a pesquisadora, o estudo focalizou quatro localidades de Belo Horizonte, ocupadas de forma desordenada por população de baixa renda, tendo como referência teórica a saúde urbana. Tratou-se da investigação dos fatores de risco e seus efeitos sobre a saúde e as relações sociais urbanas.

Danielle revelou que as quatro áreas apresentaram características comuns, como baixa oferta de equipamentos comunitários (saúde, educação e lazer), cobertura insuficiente de equipamentos públicos (saneamento básico e energia elétrica), ausência de moradias e regularização fundiária, violência como principal problema no ambiente social e precariedades no ambiente físico.

Superando as iniquidades

Pesquisa em saúde: ferramenta fundamental na construção de respostas para o enfrentamento das iniquidades em saúde deu título ao trabalho apresentado pela coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade da ETSUS-RS, Maria Isabel Barros Bellini. O estudo teve como finalidade fazer uma articulação com as instituições de pesquisa em saúde do Rio Grande do Sul e de outros estados brasileiros, buscando desenvolver projetos interinstitucionais e atuar como elo

entre os pesquisadores da escola e demais órgãos de saúde da administração estadual, deliberando com o Comitê de Ética em Pesquisa sobre os aspectos éticos envolvidos nas pesquisas realizadas no âmbito da escola. “A pesquisa é uma ferramenta fundamental na superação de iniquidades em saúde, na medida em que forma profissionais qualificados para atuarem na área, participa da avaliação das tecnologias sanitárias, investiga as novas realidades e novos cenários em saúde e incide sobre a formação, contribuindo para o desenvolvimento das novas práticas e ações para a saúde e identificando lacunas e potencialidades”, observou.

A enfermeira docente Silvinha de Sousa Costa, da EFSFVS, apresentou dois trabalhos: *Interdisciplinaridade no processo de formação de multiplicadores adolescentes para promoção do autocuidado: dialogando sobre saúde sexual e reprodutiva*; e *Processo de implantação do teste rápido em HIV e sífilis na região de saúde de Sobral: relato de experiência*. O primeiro teve como objetivo descrever a importância da interdisciplinaridade entre saúde e educação no processo de formação. De acordo com a docente, o estudo foi realizado com um grupo de adolescentes multiplicadores de informações, sob a perspectiva da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

O segundo estudo, por sua vez, teve como finalidade descrever o processo de implantação do teste rápido em HIV e sífilis. “Os gestores da saúde no SUS e os profissionais da atenção básica perceberam a importância da implantação e execução dos testes em seus municípios, observando a necessidade de uma política de monitoramento na logística para a oferta do serviço”, sublinhou.

Em outra frente de participação, a diretora da EFSFVS e integrante da Comissão Nacional de Organização da Conferência, Maria Socorro de Araújo Dias, que também faz parte do Grupo de Trabalho (GT) de Promoção da Saúde da Abrasco, apresentou o livro *Promoção da Saúde: um tecido bricolado*, do qual foi organizadora junto com os professores Maria de Fátima de Souza Antero Machado, da Universidade Regional do Cariri (Urca), e Franklin Delano Fortes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Publicado pelas Edições UVA, o livro aborda temas e experiências em serviços de saúde, em 40 capítulos, vivenciados pelos alunos da primeira turma do Mestrado Profissional em Saúde da Família da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (Renasf), realizado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, envolvendo outras oito instituições de ensino superior do Nordeste.



Pela ESP-MG, Luciana fala sobre as pesquisas no campo do Direito Sanitário.

Reunidos em
São Paulo,
congressistas
lembram direitos
conquistados com
a Lei da Reforma
Psiquiátrica.

especial

Ana Paula Evangelista e Katia Machado

Unidos pela luta antimanicomial

Três atores — um caracterizado de paciente e dois com atributos de profissionais de saúde — retratam a violência a que pessoas internadas em instituições manicomiais estão submetidas. A encenação fez parte da peça a Casa do Delírio, apresentada pelo Grupo Ala - Arte Louca de Alegria, abrindo o 5º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, promovido pela Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), de 26 a 28 de maio, na Universidade Paulista (Unip), em São Paulo. “Nossos movimentos sociais continuam fortes e vivos. Esse espaço reafirma o processo de luta da saúde mental, contra as crueldades promovidas pelos manicômios que ainda existem Brasil a fora”, sublinhou o presidente da Abrasme, Walter Ferreira Oliveira. Sob o tema *Juntos nas diferenças: sonhos, lutas e mobilização social pela reforma psiquiátrica*, o evento foi marcado, ainda, por manifestações contrárias ao governo de Michel Temer.

Ex-ministro da saúde e atual secretário municipal de saúde de São Paulo, Alexandre Padilha, presente à mesa de abertura, observou que a luta antimanicomial destaca-se pela garantia de direitos e, também, pelo respeito à cidadania, realçando o Programa De Braços Abertos, lançado pela Prefeitura de São Paulo, na região da Luz, em janeiro de 2014. Segundo ele, a iniciativa promoveu a redução do chamado “fluxo de usuários de drogas” em 80%, aproximadamente, e a queda da criminalidade na região popularmente conhecida como Cracolândia, onde cerca de 1.500 usuários de drogas faziam uso do crack a céu aberto em diversos pontos. Isso porque, explicou, o projeto faz parte do resgate social dos usuários de crack, por meio de trabalho remunerado, alimentação e moradia digna, com orientação de intervenção não violenta. Suas diretrizes trazem um novo olhar sobre o dependente químico, que deixou de ser tratado como um caso de polícia e passou a ser encarado como cidadão, com direitos e capacidade de discernimento. O tratamento de saúde é uma consequência das etapas anteriores, e não condição prévia imposta para participar do programa. Além desta iniciativa, Padilha citou a importância de se substituir os hospitais psiquiátricos restantes na cidade paulista por centros de atenção psicossocial (CAPs).

Reforma incompleta

Responsável pela conferência de abertura do Congresso, o médico sanitário Gastão Wagner de Souza Campos, professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade de Campinas (Unicamp) e presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), observou que a reforma psiquiátrica, ainda incompleta, conquistou avanços significativos, face ao fechamento de cerca de 60% dos manicômios do Brasil. Ao falar sobre os desafios e perspectivas do SUS, no que tange ao campo da saúde mental, Gastão ressaltou os CAPs para o cuidado de usuários de álcool e outras drogas. O professor defendeu, também, o concurso público e a reforma do Estado. “Temos que criar carreiras públicas para as áreas da atenção básica, saúde mental e saúde coletiva”, sugeriu.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pedro Gabriel Delgado, que abriu uma das mais concorridas mesas de debate, sob o título *Desinstitucionalização e conjuntura atual - Manicômio nunca mais*, no dia seguinte à abertura, fez duras críticas à conjuntura política atual, especialmente a medidas que ferem o processo de desinstitucionalização da saúde mental. “Com poucos dias de posse, o presidente (ain-



No palco, a reafirmação do processo de luta antimanicomial e a crítica à contenção da loucura.

da à época interino) Michel Temer tomou medidas que consideramos estar na contramão da universalidade do SUS”, criticou, destacando a aprovação pelo Congresso Nacional, com apoio da base do governo, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 87/2015 — apresentada ainda pela ex-presidente Dilma Rousseff —, prorrogando a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023 e ampliando de 20% para 30% o percentual a ser desvinculado. “Isso significa que, caso seja aprovada também pelo Senado, o governo poderá destinar para onde quiser 30% das contribuições sociais, que deveriam ir para a Seguridade Social, onde estão reunidas as áreas da saúde, assistência e previdência”, acentuou.

Pedro Gabriel, que durante anos coordenou a área da Saúde Mental do Ministério da Saúde, estando à frente de ações que buscaram a inclusão de pessoas com transtornos mentais na sociedade, outrora submetidas à privação da liberdade, a exemplo do Programa de Volta para a Casa — instituído pela Lei Federal nº 10.708, em julho de 2003 —, assinalou que o processo de desinstitucionalização e o resgate da cidadania das pessoas acometidas por transtornos mentais só foram possíveis graças ao apoio financeiro e à responsabilidade assumida pelos gestores dos municípios e estados. “Esse processo tão exitoso, mas que conquistamos com muita luta, só funciona se garantirmos um projeto de bem estar social, cujas bases são a previdência — atualmente deslocada para o Ministério da Fazenda —, a educação, a saúde e a assistência social. “Esta última coordenada pelo médico e deputado peemedebista Osmar Terra, atual ministro do Desenvolvimento Social, que tem um projeto de lei (PL) de drogas ultraconservador”, sublinhou o professor, referindo-se ao

PL 7.663/2010, que determina o registro dos viciados em drogas em um cadastro nacional e permite a internação involuntária. “A política de drogas volta a ser do âmbito da polícia. Isso significa que quem quiser vai para as comunidades terapêuticas, em internação compulsória, e quem não quiser é tratado pelo campo da segurança pública”, repreendeu, lembrando que Terra, apesar de não ser responsável pela coordenação da política de drogas do atual governo federal — a cargo de um coronel da Polícia Militar de São Paulo, Roberto Allegretti, que vem de um contexto de repressão e violência contra usuários de drogas —, tem forte influência sobre o campo, fazendo valer suas convicções de que o usuário precisa ser punido para que o consumo de drogas seja coibido.

Segundo Pedro Gabriel, é preciso resistir a tudo isso, uma vez que a desinstitucionalização já se provou bastante exitosa, provocando profundas mudanças na vida de pessoas excluídas. “São pessoas que passaram a ter casa, a fazer sua própria agenda e resgatar sua religiosidade familiar e ancestral. Saíram de um regime de vida no qual qualquer tipo de escolha era anulada”, lembrou o processo de inclusão de pessoas com transtornos mentais que orientou em todo país.

Lutar e resistir

Usuário do SUS e colaborador do Jornal Vozes, de São Paulo, Mário Moro destacou o tratamento humanizado que passou a ter com o advento da Lei da Reforma Psiquiátrica nº 10.216, de 6 de abril de 2001. A legislação, marco da luta antimanicomial, passou a regular as internações psiquiátricas, promovendo mudanças no

modelo assistencial ofertada aos pacientes portadores de sofrimento mental, com destaque para o processo de desospitalização, por meio da criação de serviços ambulatoriais, lares protegidos e centros de atenção psicossocial. “O CAP foi minha porta de entrada para o movimento da luta antimanicomial”, frisou o militante, sugerindo luta e mobilização dos movimentos sociais, de forma a garantir direitos conquistados com a reforma psiquiátrica.

Médico-psiquiatra, o diretor da política de drogas da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, Marcelo Kimati Dias, citou o caso das residências terapêuticas como eixo da desinstitucionalização promovida na cidade, destacando a necessidade de sustentabilidade da política. “Estamos observando um movimento, que deve se acentuar nos próximos meses, de abertura de financiamento de ações de institucionalização, por meio das comunidades terapêuticas, que são muitos similares aos hospitais psiquiátricos”, criticou, explicando que uma pessoa internada perde autonomia e capacidade de realizar qualquer projeto de vida.

Dias contou que o processo de abertura das residências terapêuticas, em substituição às longas internações, teve início em Curitiba em 2002, culminando com a saída dos últimos internados do hospital psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, em 2013. “A abertura de residências terapêuticas seguiu-se ao processo de fechamento de dez mil leitos de hospital psiquiátrico por ano”, recordou. Para ele, a luta atual é pela garantia das ações que possibilitaram o cuidado humanizado e a reinserção social. “Precisamos criar uma linha de interlocução com o Suas [Sistema Único de Assistência Social], por exemplo, que receberá a política de drogas, e resgatar o protagonismo dos municípios na política de saúde mental”, orientou.

■ Manicômios nunca mais

As críticas ao modelo manicomial estiveram também no centro do grande debate *Política de Saúde Mental: desafios atuais da reforma psiquiátrica*. O psiquiatra e pesquisador italiano Ernesto Venturini lembrou o tratamento desumano a que estavam submetidas as pessoas confinadas em hospitais, hospícios, clínicas e, até mesmo, nas comunidades terapêuticas. “A saúde torna-se cada vez mais uma mercadoria, e os usuários de saúde mental são compradores de serviços”, caracterizou. Ele defendeu os centros de atenção psicossocial como lugares capazes de abrigar as crises. “O serviço de saúde tem que ser baseado no trabalho cidadão, pois a prática de cuidado afeta todos nós”, orientou.

Sérgio Pinho, um dos fundadores da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental (Amea), na Bahia, apresentou

a perspectiva de um usuário ainda em tratamento, porém recuperado e incluído na sociedade. Ex-usuário de drogas, Pinho atua como redutor de danos do projeto Ponto de Cidadania, em Salvador (BA), que registra mais de 16 mil atendimentos, entre 2014 e 2015, de pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente de usuários de crack e outras drogas. Realizado em contêineres, o projeto conta com equipes compostas por psicólogo, enfermeiro, assistente social, pedagogo, técnico de enfermagem e redutor de danos, todos responsáveis por prestar atendimento e repassar orientações que minimizem as dificuldades enfrentadas pelos moradores em situação de rua — parte deles, inclusive, já foi ou ainda é usuária de substâncias psicoativas, como o crack. Ele ponderou que, se estivesse preso em um manicômio e dopado de remédios, jamais estaria em uma mesa contribuindo com um evento tão importante.

“Hoje é difícil apontar qualquer perspectiva, em face de algumas medidas que representam retrocesso para os projetos de cultura e inclusão social”, salientou Paulo Amarante, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e presidente de honra da Abrasme. Ele lembrou medidas austeras do governo Temer, ao assumir na época interinamente a Presidência da República, como a extinção do Ministério da Cultura (Minc) — reativado após pressão social — e o fim do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos. “As políticas sociais estão sendo fortemente atacadas”, sentenciou, lembrando também o discurso do ministro da saúde, Ricardo Barros, sobre o tamanho do SUS. Segundo Amarante, ao dizer que o sistema de saúde precisa ser revisto, pois do contrário o país não conseguirá sustentar os direitos garantidos pela Constituição, como o acesso universal à saúde, Barros reforça a ideia de privatizar a saúde pública, processo que, para Amarante, já vem ganhando corpo há tempos, seja pela formação de profissionais para o SUS sob a lógica do capital, realizada por instituições filantrópicas, seja pela contratação de profissionais por meio de organizações sociais (OSs). “A privatização traz a precarização do trabalho, fazendo com que os trabalhadores percam a concepção de trabalho em saúde, de solidariedade, além do vínculo com a comunidade, tornando-se apenas produtores de números, gráficos e estatísticas”, opinou.

Para o pesquisador e militante da luta antimanicomial, não há dúvidas que, diante desse contexto, as políticas de saúde mental estão ameaçadas, bem como a trajetória de luta dos movimentos contra a ditadura e pela redemocratização do país. “Trata-se de uma história impregnada pela participação dos movimentos sociais, ligada às reivindicações por um serviço de saúde universal, que atendesse a todos os brasileiros”, caracterizou.

■ Burocracia e subfinanciamento

As dificuldades e avanços enfrentados pelas gestões municipais, estaduais e federal estiveram no centro do debate da mesa *Possibilidades e Impasses no Financiamento da Saúde Mental*. Ricardo Lins, diretor da área da Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, atentou que o problema do SUS não é a falta de recursos, mas a burocracia para fazer uso do dinheiro com as licitações demoradas, os termos, as rubricas e os demais processos que dificultam a execução orçamentária. “Ano passado, o setor público realizou 46% dos gastos em saúde para atender 75% da população. Enquanto isso, o setor privado precisou de 56% para assistir apenas 25% de usuários”, comparou.

Segundo ele, a Lei nº 8.666, de licitações e contratos administrativos, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações nos três níveis de governo, é muito ampla. “Em razão disso, há uma ardorosa polêmica entre os defensores de sua manutenção integral, por entenderem que a lei evita o direcionamento e o superfaturamento dos contratos e a corrupção, e os que propõem alterações importantes em alguns de seus artigos, considerando-se que depois de seus quase 16 anos de vigência, a lei mostrou-se ineficaz em relação aos seus principais objetivos”, observou.

Para Lins, a Lei engessa os processos, não consegue evitar a fraude, encarece os bens e os serviços adquiridos pela Administração Pública e, ainda, alimenta a indústria de liminares. O gestor propôs aos participantes da mesa uma reflexão sobre a execução orçamentária nas regiões onde atuam, atentando para o percentual gasto em saúde e os fatores que dificultam a execução total do orçamento. Ele ainda lamentou o fato de os maiores gastos com a saúde mental ainda incidir sobre as internações compulsórias, a partir de determinações judiciais. “O Judiciário é quem mais segue na contramão da política de saúde mental”, criticou.

Gestora da Saúde Mental do município de Montes Claros (MG), Rosângela Silveira reafirmou que o grande desafio da gestão é o financiamento. Segundo ela, a cidade — que tem 400 mil habitantes — conta com apenas dois CAPs e, nos últimos dez anos, o maior investimento na área foi relativo à formação de profissionais no cuidado de usuários de álcool, crack e outras drogas. “Tivemos incentivos na formação e conseguimos fazer uma inversão no sistema: Hoje gastamos mais na rede psicossocial e menos no parque manicomial”, revelou.

Ela lembrou que chegou a ter dificuldades até para comprar toalhas para os CAPs, em crítica à burocratização do uso dos recursos disponíveis. “Temos mais de dois milhões de recursos para saúde mental que não conseguimos usar. Um processo de compras pode demorar anos, porque a legislação do Brasil em relação a licitações é um grande problema”, sentenciou, a exemplo de Ricardo Lins. Rosângela também fez críticas à judicialização dos tratamentos psiquiátricos. “Ainda somos obrigados a fazer internação em locais totalmente desapropriados, em instituições que já foram até denunciadas pelo Ministério Público”, revelou.

O sociólogo e doutorando pela Universidade de São Paulo (USP), Helton Saragor de Souza, observou que o SUS está sob um “fogo cruzado”, entre medidas de austeridade e subfinanciamento. De acordo com ele, o sistema de saúde pública brasileiro, comparado a outros sistemas universais, conta com poucos recursos financeiros. Souza acentuou que o problema do subfinanciamento do SUS poderá agravar-se com a PEC 87/2015, referente à DRU — arquivada em 8 de agosto. Diante deste quadro, ele propôs saídas políticas que poderão conter o conservadorismo e enfrentar o interesse do capital, como auditoria da dívida pública, diminuição dos pagamentos de juros, ampliação da alocação de recursos federais, extinção da DRU, taxaço das grandes fortunas e fim dos mecanismos complementares de subsídios do SUS para a iniciativa privada. ■



A defesa e a valorização dos CAPs estiveram no centro do debate sobre os desafios da reforma psiquiátrica.

Escolas Técnicas do SUS têm o perfil epidemiológico na centralidade do planejamento dos cursos.

A formação segundo os problemas de saúde no Brasil

capa

Ana Paula Evangelista e Katia Machado / *colaborou Flavia Lima

Uma complexidade bem maior do que esperava alguns estudiosos caracteriza o perfil epidemiológico brasileiro da atualidade. Ou seja, as modificações, em longo prazo, dos padrões de morbidade, invalidez e morte que caracterizam uma população e que, em geral, ocorrem em conjunto com outras transformações demográficas, sociais e econômicas são bastante significativas. Isso se deve, em especial, como sublinha a professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA), epidemiologista Maria Glória Teixeira, às doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), responsáveis, em 2011, por 72,7% do total de mortes. Entre elas, destacam-se os óbitos por doenças do aparelho circulatório (30,4%), seguidos pelas neoplasias (16,4%), diabetes (5,3%) e doenças respiratórias (6,0%).

Séries históricas de estatísticas de mortalidade disponíveis para as capitais dos estados brasileiros, por sinal, indicam que a proporção de mortes por DCNTs aumentou em mais de três vezes entre 1930 e 2006. Mas o que estaria provocando tal mudança? Os índices no país acompanham as estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), que indica as doenças crônicas não transmissíveis como responsáveis por 63% de um total de 36 milhões de mortes ocorridas no mundo em 2008, provocadas em geral pelo tabagismo, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, dietas inadequadas e inatividade física.

Dados norteadores

Esse processo engloba três mudanças básicas: entre as primeiras causas de morte, substituição das doenças transmissíveis (doenças infecciosas) por doenças não transmissíveis; deslocamento da maior carga de morbi-mortalidade dos grupos mais jovens (mortalidade infantil) aos grupos mais idosos; e transformação de uma situação em que predomina a mortalidade para outra em que a morbidade (doenças crônicas) é dominante. Tais alterações são observadas também pela pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel). A última edição do levantamento, realizado em 2014 pelo Ministério da Saúde (MS), entrevistou por telefone, entre fevereiro e dezembro daquele ano, 40.853 pessoas com mais de 18 anos que vivem nas capitais de todos os estados do país e do Distrito Federal. Ao medir a prevalência de fatores de risco e proteção para doenças não transmissíveis na população brasileira, o levantamento orienta as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como ajuda a pensar as ações de formação em saúde.

Segundo os dados da Vigitel 2014, 52,5% dos brasileiros estão acima do peso ideal. Há nove anos, segundo a pesquisa, o excesso de peso da população brasileira atingia 43% das pessoas — o que representa um crescimento de 23% no período. Também aumentou a proporção de quem tem mais de 18 anos com obesidade (17,9%). Nesse sentido, os quilos a mais na balança são fatores de risco para doenças crônicas, como pressão arterial e diabetes, que respondem por 72% dos óbitos no Brasil. Do total de entrevistados pela Vigitel em todo o país, 20% disseram ter diagnóstico médico de colesterol alto. O sedentarismo está relacionado ao aparecimento dessas doenças, onde adultos fisicamente inativos corresponderam a 15,4%, na pesquisa.

A pesquisa também avaliou o consumo de alimentos considerados marcadores de padrões saudáveis e não saudáveis de alimentação. Considerou-se regular o consumo de frutas e hortaliças: tanto frutas quanto hortaliças eram consumidas em cinco ou mais dias da semana por 24,1% dos entrevistados, sendo menor a proporção em homens (19,3%) que em mulheres (28,2%). Por outro lado, houve substituição de comida por lanches tanto no almoço quanto no jantar. A frequência de adultos que substituem comida por lanches é de, pelo menos, sete vezes por semana. Além disso, 15,6% dos entrevistados consideram seu consumo de sal muito alto.

O tabagismo foi um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de uma série de doenças crônicas, tais como câncer, doenças pulmonares e doenças cardiovasculares, de modo que o uso do tabaco continua sendo líder global entre as causas de mortes evitáveis. No conjunto das 27 cidades, a frequência de adultos fumantes foi de 10,8%, sendo maior no sexo masculino (12,8%) que no feminino (9,0%). A pesquisa revelou, ainda, que 24,8% dos entrevistados têm diagnóstico médico prévio de hipertensão arterial. Já os que têm diabetes corresponderam a 8%, sendo 7,3% entre homens e 8,7% entre mulheres. Em ambos os sexos, o diagnóstico da doença tornou-se mais comum com o avanço da idade, em particular após os 45 anos. Sabe-se, também, que aproximadamente um quarto dos indivíduos com 65 ou mais anos de idade (24,4%) informou diagnóstico médico de diabetes.

Cuidado à pessoa idosa

Para Maria Glória, os grupos populacionais mais atingidos por essas mudanças epidemiológicas são as crianças e os idosos. “As crianças, devido ao impacto das ações da atenção básica à saúde, tais como incentivo ao aleitamento materno, imunização e reidratação oral — que reduz em muito a mortalidade



As doenças crônicas lideram o ranking das causas de incapacidade e redução da qualidade de vida dos idosos.

infantil. Os idosos, em face do aumento da esperança de vida, que eleva o contingente da população nesta faixa etária", explicou.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de brasileiros acima de 65 anos deve praticamente quadruplicar até 2060 – a estimativa faz parte de uma série de projeções populacionais baseada no Censo de 2010. Segundo o órgão, a população com essa faixa etária deve passar para 58,4 milhões (26,7% do total), em 2060, contra os 14,9 milhões (7,4% do total) registrados em 2013. No período, a expectativa média de vida do brasileiro deve aumentar dos atuais 75 anos para 81 anos. De acordo com o IBGE, as mulheres continuarão vivendo mais que os homens. Em 2060, a expectativa de vida delas será de 84,4 anos, contra 78,03 dos homens.

Professora Titular do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Maria Lúcia Lebrã revela em seu artigo *Epidemiologia do envelhecimento* que alguns estudiosos acreditam que, conforme aumenta o tempo total de vida, as curvas da morbidade e incapacidade não acompanham e, portanto, mais anos serão vividos com má saúde ou dependência. "Tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, as doenças crônicas são significativas e a causa de incapacidade e reduzida qualidade de vida dos idosos", escreve a autora, confirmando o desafio que o envelhecimento populacional implica.

O tema destaca-se no contexto das formações em saúde promovidas pela Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS). Entre as proposta de cursos da Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe (ETSUS-SE) se realça o Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso, que conta com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps). O curso, realizado de junho de 2013 a março de 2014, envolveu 75 municípios sergipanos, de forma descentralizada. Com carga horária de 200 horas, a formação teve como público-alvo os profissionais auxiliares em enfermagem das equipes de saúde da família e os cuidadores em instituições de longa permanência para idosos. Ao todo, foram oferecidas 13 turmas, qualificando 149 profissionais de saúde. "Aliado ao desenvolvimento técnico desse profissional, a proposta pedagógica e metodológica da ETSUS-SE buscou despertar a consciência crítica desse discente-trabalhador, preparando-o para uma leitura propositiva das suas práticas laborais", sublinhou o diretor da escola, Alessandro Augusto Soledade Reis. Segundo ele, é por meio do olhar ampliado que o trabalhador potencializa o cuidado e a atenção à saúde da coletividade em seu território.

Na mesma direção, a Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, apresenta o Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso e a Especialização Técnica de Nível Médio em Saúde do Idoso. Segundo a coordenadora pedagógica da Efos, Susana Maria Polidório dos Santos, o aperfeiçoamento está organizado em 110 horas de aula. A proposta é promover, ainda neste ano de 2016, quatro turmas nos municípios de Videira, Laguna, Araranguá e Joinville. Já a Especialização Técnica de Nível Médio em Saúde do Idoso tem 360 horas de aula, ministradas em período integral, uma vez por semana. "Já formamos três turmas do curso em 2011, 2012 e 2015. Cada uma, com 30 alunos", contou, anunciando que, ainda em 2016, um novo grupo inicia o curso no município de Concórdia.

Na avaliação da coordenadora pedagógica, as duas formações têm como objetivo diminuir a vulnerabilidade da pessoa idosa e promover cuidado à saúde, além de disponibilizar conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes que possibilitem prestar uma assistência adequada ao idoso, de acordo com suas necessidades. "O cuidado do idoso deve basear-se fundamentalmente na família, com o apoio de profissionais qualificados das unidades básicas de saúde, das instituições de longa permanência e hospitalares. Essas instituições devem representar para o idoso o vínculo com o sistema público de saúde", avaliou Susana. Ela observa que as formações na área da saúde do idoso implicam resultados exitosos. "Um dos impactos mais importantes é a diminuição das internações hospitalares e a promoção da autonomia", destacou.

■ Humanização no atendimento

O comprometimento com a atenção à saúde da pessoa idosa, como também ao recém nascido, levou o Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago (CEP-Saúde) a ofertar a Qualificação em Atenção à Pessoa Idosa, a Especialização de Nível Médio para Técnicos em Enfermagem em Gerontologia e a Capacitação em Aleitamento Materno e Cuidados com o Recém-Nascido.

Integrante do núcleo docente do CEP-Saúde, João Batista de Melo conta que a qualificação, oferecida na modalidade semipresencial, com carga horária de 100 horas – sendo oito horas presenciais e 92 horas na modalidade a distância –, é composta por trabalhadores do SUS e do Sistema Único da Assistência Social (Suas) que desenvolvem ações ligadas à população idosa. A escolaridade exigida é o ensino fundamental. "A organização das turmas segue a lógica da regionalização da saúde no estado, que tem 18 regiões



Tabagismo: principal fator de risco para o desenvolvimento das DCNTs

de saúde, com ofertas de turmas de acordo com a demanda de cada região, com 35 alunos em cada turma”, descreveu. Segundo Melo, a formação, cujo objetivo é despertar os aspectos da humanização no atendimento aos idosos, foi iniciada em maio de 2016, contemplando 93 alunos das regiões de saúde Oeste II – com sede no município de São Luís de Montes Belos –, Rio Vermelho – com sede na cidade de Goiás – e Sudoeste II – com sede no município de Jataí. Além dessas três turmas, em agosto, a escola deu início a outras sete turmas do curso, contemplando mais 280 alunos das diversas regiões de saúde.

Melo explica que, embora esteja no calendário da escola, a Especialização de Nível Médio para Técnicos em Enfermagem em Gerontologia ainda não foi executada. Segundo o docente, a proposta foi sugerida pela Câmara Técnica da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás (CIB/GO). “Estamos aguardando o desfecho, uma vez que a oferta de cursos de especialização para este público não é de competência do CEP-Saúde”, justificou.

Sobre o Curso de Capacitação em Aleitamento Materno e Cuidados com o Recém-Nascido, Melo contou que a proposta da formação surgiu devido à necessidade de um grupo de servidoras da própria escola que estavam grávidas e acumulavam dúvidas sobre a amamentação e cuidados básicos relacionados ao recém-nascido. “Foi proposta e realizada, então, uma oficina sobre o tema, com quatro horas de duração. Houve uma participação significativa das

gestantes, seus companheiros e outros servidores”, recordou. Diante da avaliação positiva da oficina, a escola se propôs a elaborar o curso, com carga horária de 40 horas, tendo como público alvo os agentes comunitários de saúde e os profissionais que trabalham na Rede Materno-Infantil. O curso passou a fazer parte da programação da escola.

Doenças do envelhecimento

O ranking das causas de morte no país é alterado, especialmente, pelo envelhecimento e pelos maus hábitos da população. Apesar de infarto, acidente vascular cerebral e hipertensão permanecerem na liderança da lista desde 1999, o número de mortes por cânceres avançou significativamente. Segundo o IIBGE, em 2008, 15,6% da população morreram em decorrência de câncer, que foi a segunda causa de morte mais recorrente. Em 1999, os tumores malignos ocupavam a quarta posição e representavam 11,4% do total de mortalidade. O avanço das duas casas na lista implica um aumento médio de 36,8%.

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) também afirma: as doenças oncológicas são muito mais recorrentes em idosos, porque estão relacionadas ao envelhecimento das células e à falta de proteção hormonal, características da idade avançada. O Inca calcula, para o biênio 2016-2017, cerca de 596 mil novos casos de câncer no Brasil, reforçando a magnitude do problema no país. Os tipos

mais incidentes serão, entre os homens, os cânceres de pele não melanoma, próstata, pulmão, colorretal e estômago e, entre as mulheres, os cânceres de pele não melanoma, mama, colorretal, colo do útero e de pulmão. Somente o câncer de colo do útero atingirá 7,9% das mulheres, o que representará mais de 16 mil novos casos.

Essas estimativas permitem conhecer a provável incidência dos principais tipos de câncer num determinado território para planejar ações e programas de controle, além de auxiliar na definição de políticas públicas de formação e alocação de recursos. É com foco nesse contexto que se destacam os cursos de Atualização no Controle do Câncer do Colo do Útero e Coleta de Material para Exame Papanicolau e de Formação de Agentes do Controle do Câncer, ofertados pela Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (ETSUS-PA).

Com carga horária de 50 horas/aula, a atualização está organizada em três eixos: Políticas públicas relevantes para o controle do câncer do colo de útero; Prevenção e controle do câncer do colo uterino; e Coletando material para exame citopatológico do colo do útero. O primeiro eixo abrange o Plano de Fortalecimento das Ações para Prevenção e Qualificação do Diagnóstico e Tratamento dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama e o Programa Nacional de Humanização (PNH). O segundo eixo contextualiza a prevenção e o controle do câncer do colo uterino, com ênfase nos procedimentos e diagnóstico da doença, na promoção da saúde e na prevenção primária e secundária. Por fim, o terceiro eixo está baseado na coleta de material para exame citopatológico, com aulas práticas de coleta de material para o exame Preventivo do Câncer de Colo Útero (PCCU). Segundo a coordenadora pedagógica da escola, Patrícia da Silva Pimentel, o curso tem como objetivo capacitar enfermeiros, atuantes na atenção básica, visando melhorar a assistência prestada às mulheres da comunidade da sua área de atuação e abrangência, reduzindo assim as taxas de morbidade e mortalidade. Ela conta que, em 2015, foram formados 41 alunos e, até março deste ano, outros 16 profissionais.

Iniciada em 2015, a Formação de Agentes do Controle do Câncer teve 18 profissionais formados em Belém e 226 nas cidades de Ourém, Santarém Novo, Tracuateua, Quatipuru, Augusto Corrêa, Santa Luzia, Bragança e Primavera. Com carga horária de 20 horas, o curso é direcionado a profissionais da saúde e da educação. Segundo Patrícia, a formação tem como finalidade descentralizar conhecimentos sobre o câncer, sensibilizando profissionais de saúde, educação e sociedade civil organizada em relação à intervenção positiva e efetiva na prevenção, atendimento, diagnóstico precoce e garantia de direitos.

De olho no perfil

Há um curso específico ofertado pela RET-SUS que acompanha de perto esse novo perfil de doenças da população brasileira. Trata-se do Técnico em Vigilância em Saúde. A formação, cujos pilares são a vigilância e o controle das doenças transmissíveis, bem como das doenças e agravos não transmissíveis, contribui para a melhoria da assistência prestada pelos serviços públicos, reduzindo riscos e agravos que afetam a saúde da população, promovendo melhoria da qualidade de vida e fomentando a integração entre as vigilâncias Sanitária, Ambiental e Epidemiologia.

Na Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Professora Ângela Maria Campos da Silva, em Vitória (ES), o curso está organizado em três módulos, em atenção à carga horária de 1.440 horas de aula — sendo 1.200 horas de teoria e prática e 240 horas de estágio. Iniciada na escola em fevereiro deste ano e com previsão de formatura para 2018, com 51 alunos, a formação é fundamental para o desenvolvimento do processo de planejamento da saúde pública, de monitoramento das doenças e das proposições para as ações da saúde. “A qualificação dos profissionais que executam ações de vigilância, historicamente sem formação, promoverá um processo de trabalho mais sistematizado e fundado em bases teóricas, legais e técnicas”, garante a diretora da ETSUS Vitória, Regina Diniz. Em sua observação, a formação provoca melhores processos de trabalho, dados mais qualificados e sujeitos mais conscientes do seu processo de trabalho.

No Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-RH-PB), o mesmo traz uma carga horária de 1.660 horas de aula, distribuída em cinco módulos presenciais. Carro-chefe da escola, o curso teve início em 2012. O diretor administrativo da instituição, Jonathan Elias Teixeira Lucena, revela que a escola realizou 11 turmas descentralizadas nos municípios de Cajazeiras, Catolé do Rocha, Cuité, Campina Grande, Patos, Monteiro, João Pessoa, Guarabira e Bananeiras, formando 271 técnicos em vigilância em saúde. Cada sede contemplou seus municípios de abrangência, o que implicou um envolvimento total de 58 municípios.

Lucena sublinha que o curso busca utilizar a problematização da prática da vigilância em saúde, lançando mão de metodologias ativas e trabalhando os conteúdos com aulas teóricas. “A formação pretende aperfeiçoar profissionais que já desenvolvem funções na vigilância, proporcionando condições para o desenvolvimento de atividades específicas do técnico em vigilância em saúde, integrando as suas

quatro subáreas: epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador”, explicou. Na avaliação de Lucena, o curso deve contribuir na preparação desses trabalhadores, possibilitando o desenvolvimento das ações de vigilância em saúde nos níveis municipal e estadual. “Dessa forma, a qualificação desses trabalhadores deverá trazer uma série de benefícios às coletas, análises e avaliações dos dados referentes à população desses municípios e uma melhor informação em saúde para o estado da Paraíba. É preciso atuar na operacionalização da qualidade de vida da população no território, a partir da articulação e do desenvolvimento intersetorial das práticas educativas, em consonância com as diretrizes da Promoção à Saúde e do Pacto pela Saúde, efetivando a consolidação do SUS no estado por meio de um novo pensar e fazer sanitário”, concluiu.

Vigilância em destaque

Para fazer frente à dinâmica do perfil epidemiológico das doenças, o Ministério da Saúde, por meio de sua Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), criou o Guia de Vigilância Epidemiológica. O estudo representa um novo marco regulatório no que diz respeito ao avanço do conhecimento científico, além de atualizar as normas e procedimentos técnicos da área, como também o desenvolvimento de novas estruturas e estratégias capazes de atender os desafios que se apresentam com as constantes mudanças do perfil epidemiológico da população. Afinal, a vigilância epidemiológica tem como propósito fornecer orientação técnica permanente para os profissionais de saúde que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a ocorrência dessas doenças e agravos, bem como dos fatores que a condicionam, numa área geográfica ou população definida.

A operacionalização da vigilância epidemiológica compreende um ciclo de funções específicas e inter-complementares, desenvolvidas de modo contínuo, permitindo conhecer, a cada momento, o comportamento da doença ou agravo selecionado como alvo das ações, para que as medidas de intervenção pertinentes possam ser desencadeadas com oportunidade e eficácia. São funções da vigilância epidemiológica a coleta de dados, o processamento de dados coletados, a análise e a interpretação dos dados processados, a recomendação das medidas de prevenção e controle apropriadas, a promoção das ações de prevenção e controle indicadas, a avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas e a divulgação de informações pertinentes. ■

Adultos com obesidade nas capitais brasileiras							
variáveis		total		masculino		feminino	
		%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
idade (anos)	18 a 24	8,5	7,0 - 10,0	9,3	7,0 - 11,6	7,5	5,6 - 9,4
	25 a 34	15,1	13,5 - 16,7	16,6	14,1 - 19,2	13,7	11,8 - 15,6
	35 a 44	22,0	20,1 - 23,9	22,3	19,3 - 25,4	21,7	19,4 - 24,1
	45 a 54	21,3	19,5 - 23,0	20,2	17,4 - 23,0	22,2	19,9 - 24,4
	55 a 64	23,1	21,0 - 25,2	23,5	19,8 - 27,1	22,8	20,3 - 25,3
	65 e mais	19,8	18,0 - 21,5	16,4	13,2 - 19,6	22,1	20,1 - 24,2
escolaridade (anos)	0 a 8	22,7	21,3 - 24,2	20,4	18,0 - 22,7	24,8	23,0 - 26,6
	9 a 11	17,2	16,1 - 18,3	17,2	15,4 - 18,9	17,2	15,8 - 18,6
	12 e mais	12,3	11,2 - 13,5	14,4	12,5 - 16,4	10,6	9,3 - 12,0
total		17,9	17,2 - 18,7	17,6	16,4 - 18,8	18,2	17,2 - 19,1

Adultos fisicamente inativos nas capitais brasileiras							
variáveis		total		masculino		feminino	
		%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
idade (anos)	18 a 24	12,0	10,3 - 13,6	7,7	5,8 - 9,6	17,1	14,3 - 19,8
	25 a 34	12,3	10,6 - 14,0	13,7	10,8 - 16,5	11,1	9,2 - 13,0
	35 a 44	10,7	9,4 - 12,0	12,4	10,3 - 14,6	9,4	7,8 - 10,9
	45 a 54	13,9	12,4 - 15,5	18,6	15,7 - 21,6	10,3	8,8 - 11,8
	55 a 64	15,9	14,0 - 17,8	18,1	14,7 - 21,5	14,3	12,2 - 16,5
	65 e mais	38,2	35,9 - 40,5	40,6	36,5 - 44,8	36,5	34,0 - 39,0
escolaridade (anos)	0 a 8	19,0	17,6 - 20,3	21,2	18,9 - 23,6	17,0	15,6 - 18,5
	9 a 11	12,6	11,7 - 13,6	12,5	11,1 - 13,9	12,8	11,4 - 14,1
	12 e mais	14,5	13,1 - 15,9	14,5	12,0 - 17,1	14,5	12,9 - 16,0
total		15,4	14,7 - 16,1	16,2	15,0 - 17,4	14,7	13,9 - 15,6

Adultos com hipertensão arterial nas capitais brasileiras							
variáveis		total		masculino		feminino	
		%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
idade (anos)	18 a 24	4,6	3,4 - 5,8	4,0	2,5 - 5,4	5,4	3,5 - 7,2
	25 a 34	9,5	8,2 - 10,8	9,8	7,9 - 11,8	9,2	7,5 - 10,9
	35 a 44	19,5	17,7 - 21,3	20,8	17,8 - 23,8	18,5	16,3 - 20,7
	45 a 54	32,6	30,6 - 34,6	31,9	28,6 - 35,2	33,2	30,7 - 35,6
	55 a 64	50,2	47,7 - 52,7	47,0	42,8 - 51,3	52,4	49,4 - 55,4
	65 e mais	59,9	57,6 - 62,1	53,4	49,3 - 57,4	64,5	62,1 - 66,9
escolaridade (anos)	0 a 8	38,1	36,5 - 39,7	31,7	29,2 - 34,3	43,6	41,6 - 45,7
	9 a 11	19,3	18,2 - 20,4	17,8	16,1 - 19,6	20,6	19,1 - 22,1
	12 e mais	14,6	13,4 - 15,7	16,5	14,5 - 18,4	13,0	11,6 - 14,4
total		24,8	24,0 - 25,6	22,5	21,3 - 23,8	26,8	25,7 - 27,8

Adultos com diabetes nas capitais brasileiras							
variáveis		total		masculino		feminino	
		%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
idade (anos)	18 a 24	1,0	0,4 - 1,6	1,2	0,4 - 2,0	0,8	0,0 - 1,6
	25 a 34	1,6	1,0 - 2,1	1,0	0,5 - 1,5	2,1	1,1 - 3,0
	35 a 44	3,9	3,0 - 4,9	4,0	2,4 - 5,6	3,9	2,7 - 5,1
	45 a 54	11,5	9,9 - 13,0	11,2	8,7 - 13,6	11,7	9,7 - 13,6
	55 a 64	18,2	16,2 - 20,1	17,6	14,3 - 20,8	18,6	16,2 - 21,0
	65 e mais	24,4	22,4 - 26,5	24,7	20,9 - 28,5	24,3	22,0 - 26,6
escolaridade (anos)	0 a 8	14,2	13,1 - 15,4	12,3	10,5 - 14,1	15,9	14,4 - 17,4
	9 a 11	5,1	4,5 - 5,7	4,8	3,9 - 5,6	5,4	4,6 - 6,2
	12 e mais	3,7	3,2 - 4,3	3,9	3,0 - 4,8	3,6	2,8 - 4,4
total		8,0	7,5 - 8,5	7,3	6,5 - 8,1	8,7	8,0 - 9,4

Fonte: SVS/MS

Reunidas em Brasília,
Escolas Técnicas do
SUS defendem ações de
fortalecimento institucional
e da formação em saúde.

A educação profissional sob a reflexão da RET-SUS

em rede

Ana Paula Evangelista

“O objetivo do encontro é discutir o trabalho com todos os atores envolvidos com a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS)”. O realce foi feito por Cláudia Brandão, coordenadora-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde e diretora substituta do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (DegeS/Sgtes/MS), ao abrir a Oficina Nacional da RET-SUS, realizada em Brasília, nos dias 7 e 8 de julho. Segundo ela, conhecer as necessidades das escolas implica avançar com a formação e a qualificação profissional.

Na abertura, Cláudia anunciou a criação de uma metodologia para avaliar e dimensionar as demandas de cursos, em parceria com o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz), além da aproximação mais estreita com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que já abriga a Secretaria de Comunicação da Rede, por meio do Projeto de Apoio Estratégico e Fortalecimento da Formação Técnica de Nível Médio em Saúde, e, por fim, uma parceria com o Ministério da Educação (MEC), que começou a ser desenhado no início do ano (ver box pág. 21). “É preciso aproximar os mistérios da Saúde e da Educação, observando que tal estratégia poderá suprir a deficiência de oferta de cursos de formação inicial”, defendeu a representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), Francismara Alves de Oliveira Lima.

Levantamento de demanda

O primeiro dia do encontro destacou-se pela apresentação do Qualitec, nome provisório dado ao projeto abrigado no Icict que pretende ofertar 152.500 vagas em cursos de formação inicial e continuada, entre os anos 2016 e 2018. A gestora acadêmica Mel Bonfim revelou que a iniciativa — que contará com as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) como ofertantes de 22 mil vagas ainda em 2016 — tem como foco inicial os eixos temáticos acolhimento em saúde, segurança do paciente, vigilância em saúde e saúde mental. O objetivo da proposta é desenvolver infra-estrutura, metodologias e módulos educacionais em áreas prioritárias do SUS, contemplando atividades presenciais e a distância, com auxílio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS (AVA-SUS), que está sendo implantado gradualmente nas escolas da Rede.

Um segundo projeto também abrigado no Icict, por meio de convênio com o Ministério da Saúde, o Observatório do Caminhos do Cuidado foi lançado oficialmente no encontro das ETSUS. Fruto de um projeto de formação de 292.196 agentes comunitários de saúde e auxiliares e técnicos em enfermagem na área da saúde mental, com foco no cuidado de usuários de álcool, crack e outras drogas, a iniciativa reúne tecnologias e metodologias para aproximar as áreas de atenção básica e saúde mental, visando à melhoria da atenção ao usuário e seus familiares no SUS.

Pensada a partir de seis dimensões, a proposta tem o compromisso de desenvolver e apoiar estudos e pesquisas sobre a formação de atores estratégicos do SUS, especialmente a formação técnica, orientar as ações de educação permanente em saúde e as políticas públicas, fornecer subsídios para a elaboração de estratégias de articulação dos diferentes atores nos territórios, amparar a produção de cursos de Educação a Distância (EaD), com apoio do AVA-SUS, estimular a produção técnico-científica das ETSUS e disponibilizar publicações relevantes sobre temas de saúde pública.

Rede mais robusta

O segundo dia da Oficina foi dedicado ao Projeto de Apoio Estratégico e Fortalecimento da Formação Técnica de Nível Médio em Saúde, abrigado na EPSJV/Fiocruz. Segundo Paulo César de Castro Ribeiro, diretor da instituição, a proposta inclui a articulação entre a RET-SUS e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) do MEC, a Secretaria de Comunicação da RET-SUS, a qualificação docente dos trabalhadores das escolas da Rede e o apoio institucional a estas instituições.

O primeiro eixo, divulgou o assessor da Vice-Direção de Ensino e Informação da EPSJV, Jefferson Almeida Silva, busca contribuir para o fortalecimento da educação profissional em saúde no Brasil, integrando esforços e identificando as capacidades institucionais da RET-SUS e da Rede EPCT, iniciando pela identificação e mapeamento dos centros e institutos federais de educação, ciência e tecnologia que integram a rede do MEC, com foco na oferta de cursos técnicos presenciais por instituto ou centro, *campi* e modalidades de ensino.

De acordo com Jefferson, com base em um primeiro levantamento feito na internet, sublinhando os cursos

técnicos com habilitações ligadas ao eixo tecnológico Ambiente e Saúde, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC de 2012, a Rede EPCT conta com 41 institutos e centros federais e 584 *campi* que oferecem cursos técnicos no Brasil. A maioria está nas regiões Sudeste (27%) e Nordeste (27%), seguidos por Norte (17%), Sul (17%) e Centro-Oeste (12%). Dos 584 *campi* no país, 126 ofertam cursos técnicos do eixo Ambiente e Saúde e, neles, há a oferta de 81 habilitações em saúde — grande parte delas está nas regiões Sul e Sudeste, com 19 e 18 habilitações, respectivamente.

Ele anunciou que os próximos passos deste eixo são ampliar o levantamento, face à necessidade de incluir outras instituições da Rede EPCT que desenvolvem cursos no âmbito da educação profissional em saúde, atualizar os dados sobre os cursos ofertados por cada instituição da RET-SUS, bem como de suas expectativas e necessidades, visando o desenvolvimento de ações complementares e integradas com a Rede EPCT, e intermediar a articulação entre as redes.

Representando a Escola Municipal de Saúde de São Paulo (EMS), Verônica Vanderlei Cavalcante mostrou preocupação em relação à articulação. Ela informou que em sua região há uma disputa entre as secretarias municipais de Educação e Saúde. “Ao nos aproximarmos de escolas que se acomodam no calendário da educação, poderemos perder a nossa singularidade”, opinou. O mesmo reconheceu a diretora da Escola de Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE), Célia Maria da Silva Santana, que lembrou que o Ministério da Saúde é o único que tem uma política para os trabalhadores, tendo as ETSUS papel essencial na execução da formação para o SUS. “Não consigo vislumbrar, por exemplo, a formação dos agentes comunitários de saúde pelos institutos federais. Esse é um tipo de formação que precisa ser feita pelas escolas do SUS”, defendeu.



Ana Paula Evangelista / RET-SUS

Sob a coordenação executiva da EPSJV, projeto propõe o fortalecimento das escolas técnicas e da formação profissional.



A formação docente e a comunicação permanecem na agenda do trabalho da Rede.

Apesar das dúvidas apontadas pelas escolas da RET-SUS em relação à proposta de articulação entre as redes, elas indicaram potencialidades nessa aproximação. A representante do Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis, Ana Beatriz Braga de Carvalho, revelou que a instituição conta, no estado de São Paulo, com a supervisão delegada concedida pelo Conselho Estadual de Educação, facilitando a autorização de funcionamento de estabelecimentos e de cursos de educação profissional de nível técnico, inclusive. Ela falou sobre uma aproximação exitosa entre a escola paulista e o Instituto Federal do Sul de Minas, na oferta de um curso de Libras.

Diretora da Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb), a enfermeira Ena de Araújo Galvão contou que a instituição integrante da RET-SUS acabou de fechar um grande projeto com os institutos federais da região, com foco na formação em manutenção de equipamentos. Ela defendeu o diálogo entre as duas redes e a necessidade de fortalecer a identidade das ETSUS, cujo foco é a formação para o serviço. “A Educação não sabe quem somos”, realçou. Para a coordenadora do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS Piauí), Francisca Josellia Moreira da Silva, a aproximação entre a RET-SUS e a Rede EPCT poderá dar conta de demandas reprimidas. “Não vejo a aproximação como algo concorrente”, observou.

Outra experiência que implicou aproximação entre instituições das duas redes foi citada por Andrey Luis Mozzer, diretor do Núcleo de Educação e Formação em Saúde (Nuefs), no Espírito Santo. A escola e os institutos federais do estado, incluindo o IF de Vitória, participaram da discussão sobre a formação técnica em saúde bucal junto à Comissão de Integração Ensino e Serviço (Cies). “Em nenhum momento, os institutos federais se colocaram contra a metodologia

da escola técnica”, revelou. Segundo Andrey, o Nuefs auxiliou a construção da política pedagógica do curso técnico ofertado pelos IFs, considerando a articulação bastante exitosa.

■ Formação para a Rede

O coordenador do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde da RET-SUS, Felipe Rangel de Souza Machado, falou sobre o segundo eixo do projeto. Serão mais duas turmas, com 26 alunos cada, destinadas a trabalhadores das escolas da RET-SUS (dois alunos, por escola). Trata-se da continuidade de um projeto iniciado em 2014, na EPSJV, por meio de um convênio com o MS, a partir de uma turma-piloto que contemplou 21 alunos de nove escolas da Região Nordeste.

A primeira turma desta fase do mestrado iniciará em novembro de 2016, com alunos das escolas das regiões Norte e Centro-Oeste e duas ETSUS de São Paulo (Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS de Araraquara e Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo). A segunda turma, por sua vez, inicia em maio de 2017, com as escolas das regiões Sul e Sudeste. São quatro períodos de concentração quinzenal, durante o 1º ano, no Rio de Janeiro, compreendendo a realização de oito disciplinas e atividades de orientação aos sábados, além de dois períodos de concentração de uma semana cada, durante o 2º ano, para a qualificação do projeto e a defesa da dissertação, respectivamente. “Os períodos de dispersão são para leitura, elaboração de trabalhos, da dissertação e eventual co-orientação no estado de origem”, explicou Machado.

O mestrado é composto por três linhas de pesquisa: Políticas públicas, planejamento e gestão do trabalho, da educação e da saúde, cujo objetivo é compreender o desenvolvimento histórico das políticas sociais, tendo como enfoque principal as concepções que embasaram

as políticas voltadas para a educação dos trabalhadores e a saúde da população; Gestão do trabalho e da educação na saúde, buscando compreender a crise do modelo taylorista-fordista combinado ao keynesianismo, que tem promovido mudanças expressadas, com especificidades, no trabalho em saúde e no trabalho da educação na saúde; e Concepções e práticas na formação dos trabalhadores de saúde, cujo objetivo é superar os modelos de formação de trabalhadores em saúde restritos aos treinamentos em serviços, o que impele ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas que facilitem a apropriação e transmissão do conhecimento e possibilitem questionar as condições de trabalho.

Com base na experiência anterior, as escolas destacaram a necessidade de observar com atenção o tempo que o profissional precisará para se dedicar aos estudos. “Estamos prontos para potencializar as ETSUS, mas a liberação do gestor é importante para o aluno”, lembrou Jadson Franco, aluno e representante da turma-piloto da Região Nordeste, pela ESP-PE.

Mobilização dos elos

O projeto da EPSJV incorpora a Secretaria de Comunicação da RET-SUS, já sediada na escola desde 2010. A editora geral, jornalista Katia Machado, lembrou as ações que este setor concentra, com destaque para a produção da Revista RET-SUS, com periodicidade trimestral, e do boletim eletrônico, enviado semanalmente, e a atualização do site e das redes sociais nas quais a RET-SUS está inserida, como Facebook e Twitter. De acordo com ela, uma proposta inovadora surge com o projeto. Trata-se da elaboração dos planos de comunicação das ETSUS. Essa ação visa fomentar as melhores práticas, orientando não somente a elaboração dos planos de comunicação das escolas, como também a revisão do plano geral da RET-SUS. “Os planos de comunicação deverão ser construídos coletivamente por meio de oficinas de comunicação, que serão iniciadas ainda em 2016, durante os encontros regionais”, anunciou, destacando o protagonismo que as escolas têm no processo de comunicação em rede e a importância de uma comunicação bem estruturada para o fortalecimento da RET-SUS.

Último eixo do projeto, as ações de apoio institucional implicarão o reconhecimento das necessidades das ETSUS no campo da formação e da gestão, a partir de informações disponíveis sobre a RET-SUS e a Rede EPCT. As reuniões virtuais e os encontros técnicos científicos, segundo o coordenador do projeto na ESPJV, Carlos Maurício Barreto, terão o papel de apoiar esse esforço, que poderá ocorrer, também, a partir da demanda apresentada pelas escolas. O debate sobre esse eixo ocorrerá durante a realização dos encontros regionais e do

encontro nacional, previstos no projeto. Paralelamente, estão esperadas neste eixo a realização de visitas técnicas, como foco no encaminhamento das questões apresentadas pelas ETSUS e na busca da superação dos entraves identificados. “Quando necessário, para a realização dos objetivos do trabalho, poderão ser contratados consultores temporários”, anunciou Barreto. ■

Educação e Saúde firmam acordo de cooperação via Pronatec

Os ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC) firmaram, em setembro, acordo de cooperação técnica para expandir e interiorizar a oferta de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio, na área da saúde, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A adesão é fruto de encontros, iniciados no início de 2016, com representações do MEC e da Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Cgates/DeGES/Sgtes/MS), responsável pela Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS).

Diretora do DeGES e coordenadora-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde, Claudia Brandão revela que o MS inicia sua atuação no programa do MEC como parceiro na modalidade Pronatec Saúde. Segundo ela, face ao curto prazo de tempo, o MEC sinalizou que não há como garantir a participação de todas as escolas da RET-SUS como parceiros ofertantes do Pronatec em 2016. “Para este momento, somente as escolas da RET-SUS que forem vinculadas a uma unidade já cadastrada com o perfil de ofertante no programa poderão realizar propostas de ofertas”, anuncia. Segundo ela, quatro escolas da Rede cumprem o perfil, por estarem vinculadas a uma Secretaria de Educação ou de Ciência e Tecnologia. São elas: Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra (ETSUS-AM); Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza (CEP-AP); Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha (ETSUS-AC); e Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS Unimontes).

Nem todas, porém, conseguiram pactuar oferta de curso para 2016. Claudia salienta, ainda, que o MEC disponibilizou apenas o correspondente a cerca de 8% das vagas anteriormente pleiteadas pelo MS. A coordenadora-geral da RET-SUS antecipa, porém, que o MS continua em articulação com o MEC, na busca de meios legítimos que viabilize a participação das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) como parceiros ofertantes do programa.

EPSJV inaugura curso de registros e informações em saúde no Piauí

Direito à Saúde: histórico, desafios e ameaças deu título à aula inaugural do curso de Qualificação Profissional em Registros e Informações em Saúde - Turma Piauí, realizada no dia 27 de junho, na sede do Escritório Regional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Teresina (PI). O curso, coordenado pelo Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde (Lires) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fiocruz, acontece até outubro de 2016, como resultado de uma parceria entre a EPSJV, o Escritório Regional da Fiocruz e a Secretaria Estadual de Saúde do Piauí, com o apoio da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz.

O objetivo é qualificar profissionais do SUS no processo de produção das informações em saúde e na organização dos serviços de registros e informações em saúde. A turma é composta por 35 profissionais das esferas municipal e estadual, com a escolaridade mínima equivalente ao ensino médio, cujas atividades utilizem informações e registros, visando ao aperfeiçoamento da atenção e da gestão das ações em saúde. Cinco eixos temáticos compõem a proposta: Políticas Públicas e Planejamento em Saúde; Organização do Processo de Trabalho em Registros de Saúde; Análise da Situação de Saúde; Sistemas de Informações em Saúde; e Seminários de Elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs).

ETSAL abre nova turma de qualificação em ACS

A Escola Técnica de Saúde Professora Valeria Hora (Etsal) realizou, no dia 1º de junho, na cidade de Penedo (AL), a 167 km da capital Maceió, as matrículas da oitava turma de agentes comunitários de saúde. A ação faz parte da segunda etapa do projeto de formação inicial do agente comunitário de saúde (ACS), realizada com as sobras dos recursos da primeira fase, concluída em 2007, atendendo, dessa forma, os servidores do Sistema Único de Saúde que atuam nas cidades de Penedo e Piaçabuçu.

Segundo a coordenadora pedagógica, Eva Farias, a formação inicial em ACS é fruto do levantamento de demanda realizado pela escola em parceria com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), que orientou, também, a seleção dos alunos. "Priorizamos os que são concursados, depois os contratados e, por fim, abrimos as vagas restantes para os prestadores de serviço", explicou Eva. De acordo com a diretora da Etsal, Janaína Andrade Duarte, o objetivo atual é contemplar os municípios que não participaram da primeira etapa do projeto.

A escola espera formar, ainda, 20 turmas do curso, cuja carga horária é de 40 horas, em 20 cidades polos do estado, atendendo, dessa maneira, cerca de 60 municípios. "Essa parceria é realizada a partir da manifestação do interesse do gestor municipal, que oferece infraestrutura básica, como sala de aula, acesso às instituições de saúde, como campo de aulas práticas, e transporte para os instrutores", revelou Janaína.

ESP-PE inaugura Curso Técnico em Hemoterapia

A primeira turma do Curso Técnico em Hemoterapia para trabalhadores da 5ª Gerência Regional de Saúde (Geres), da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE), teve sua aula inaugural no dia 3 de junho. A formação tem como objetivo formar e habilitar técnicos em hemoterapia para desenvolver atividades no ciclo do sangue, atuando desde a captação de doadores até a transfusão de hemocomponentes e hemoderivados, promovendo a segurança transfusional em conformidade com a Política Nacional do Sangue e as legislações vigentes. Segundo a diretora da ESP-PE, Célia Borges, o curso é composto por quatro módulos, divididos, por sua vez, em 18 unidades pedagógicas. Com carga horária de 1.200 horas — incluindo as 240 horas de estágio supervisionado —, a formação terá duração de 12 meses, na modalidade semi-presencial, com auxílio da Educação a Distância (EaD).



Etsal inicia qualificação de agentes de combate a endemias

As aulas da primeira etapa formativa do curso técnico em agentes de combate a endemias da Escola Técnica de Saúde Valéria Hora (ETSAL), em Maceió (AL), tiveram início no dia 1º de julho. Segundo a coordenadora geral do curso, Linda Pereira de Brito, a formação qualificará 1.980 agentes que atuam diretamente com o controle de endemias, de 102 municípios alagoanos. O curso, com 400 horas de aula e duração de seis meses, soma 55 turmas, sediadas em cidades-polo — cada turma com até 36 alunos. A proposta é desenvolver uma visão integral da saúde dos indivíduos e das comunidades, fortalecendo as ações da vigilância em saúde e da atenção primária à saúde, por meio de planejamento e organização do serviço de controle de endemias.

A formação conta com recursos do Ministério da Saúde e tem a parceria do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do estado (Cosems). Um primeiro grupo de 14 turmas deu início ao processo, abrangendo 19 municípios — sendo 13 polos e 5 satélites. As cidades contempladas são: Teotônio Vilela; Campo Alegre; Anadia (com Boca da Mata); São Miguel dos Campos; Maceió (com duas turmas); Craíbas; Palmeira dos Índios (com Estrela de Alagoas); São Sebastião; Matriz de Camaragibe (com Porto Calvo); Maragogi (com Japaratinga); Piaçabuçu (com Feliz Deserto); Marechal Deodoro; e Jequiá da Praia (com Roteiro).

Cefor-RH-PR completa 62 anos

O Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha (Cefor-RH-PR) comemorou, no dia 24 de junho, 62 anos de criação, inaugurando a Galeria de Ex-Diretores. A história da escola remonta os anos 1954, quando surge a então escola de Auxiliares de Enfermagem Caetano Munhoz da Rocha, subordinada, à época, à Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância. Em 1989, com a efetivação dos centros formadores em saúde, a instituição recebe o nome de Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha e, por meio da Deliberação 018/89 do Conselho Estadual de Educação (CEE), é autorizada a ofertar cursos descentralizados em todo o estado do Paraná, com destaque para as formações de Auxiliar em Consultório Dentário (ACD) e técnicos em Higiene Dental (THD) e Biodiagnóstico.

Em 1996, a escola é impulsionada pelas parcerias estabelecidas com outras secretarias, conselhos, instituições de saúde e órgãos representativos de classe. De 1954 a 1995, o Cefor-RH-PR formou 2.682 alunos, saltando para 25.626 entre os anos 1996 e 2002. Esse aumento deu-se, principalmente, à descentralização dos cursos, permitindo abarcar todos os municípios do estado. No decorrer dos anos 2000, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, a escola foi credenciamento para a oferta de Educação Profissional de Nível Médio e passou a integrar a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS).

CEP-Saúde realiza formação em atenção à pessoa idosa

O Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás (CEP-Saúde), vinculada à Escola Estadual de Saúde Pública Cândido Santiago (Esap), realiza sua primeira experiência em ensino a distância. Trata-se do Curso de Qualificação em Atenção à Pessoa Idosa, cuja carga horária é de cem horas de aula. Organizada com cinco módulos, a formação conta com 92 horas na modalidade de ensino a distância e oito horas de aula presenciais, cumpridas em dois encontros — o primeiro, no início do curso e o segundo, ao fim da formação, quando acontecem as visitas técnicas em unidades de longa permanência de idosos.

O curso do CEP-Saúde, iniciado em março, com três turmas, é destinado aos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que desenvolvem ações junto à população idosa, independente de escolarização. A exigência é ter apenas domínio de informática básica. Fazem parte desta iniciativa 94 trabalhadores das regionais de Saúde Rio Vermelho (Goiás), Oeste II (São Luís de Montes Belos) e Sudoeste II (Jataí). Em agosto, a escola inicia outras sete turmas, contemplando mais 302 trabalhadores do SUS e do Suas.

ETSUS Pará conclui turma do Técnico em Prótese Dentária

A Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (ETSUS-PA), no dia 17 de junho, promoveu a formatura de 16 alunos do curso Técnico em Prótese Dentária, ofertado aos trabalhadores do SUS das cidades de Belém, Colares, Castanhal, Marituba, Ananindeua, Breves e outros municípios do norte do estado. "A região norte tem uma grande lacuna na área da saúde bucal, especialmente ao que tange à reabilitação bucal. A formação de novos profissionais vem ao encontro, portanto, demanda", justificou Aluizio Celestino, professor da Associação Brasileira de Odontologia do Pará e professor do curso. Foram dois anos de curso, incluindo teoria e prática, estágios supervisionados e atendimentos aos pacientes.

Educação ambiental em foco na ESP-CE

O Curso Técnico em Vigilância em Saúde, ofertado pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), deu início, em junho, às suas atividades de estágio II. Até o dia 30 de julho, os alunos realizaram ações nos quatro municípios da 7ª Região de Saúde, ligadas à Vigilância Ambiental, incluindo o acompanhamento de coleta de água do Programa Vigijágua e a alimentação de dados no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), bem como visitas a locais que sofreram impactos ambientais decorrentes da intervenção humana.

As visitas provocaram a análise e a discussão de problemas e situações causadoras de possíveis impactos ambientais. Na Estação Ambiental Mangue Pequeno e nas Salinas, no município de Icapuí, os alunos observaram a importância da sustentabilidade ambiental. Já, às margens do rio Jaguaribe, em Itaipaba, eles atestaram um delicado cenário de exploração desordenada na região do mangue pelo extrativismo vegetal. A educadora ambiental Zenilde Pereira da Silva revelou que são comuns as visitas na estação ambiental. Ela ressaltou a relevância do equipamento, principalmente em relação aos trabalhos de conscientização ambiental junto às crianças. "Afinal, elas são protagonistas nessa área e muito sensíveis à educação ambiental e ao cuidar do patrimônio", avaliou.



Arquivo ESP-CE

Trabalhadores qualificados pela ESP-MG fortalecem a saúde pública na Zona da Mata



Arquivo ESP-MG

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) realizou, no dia 24 de junho, a formatura da turma do curso Técnico em Vigilância em Saúde (TVS), em Manhumirim, Zona da Mata, com 27 profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) de Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Caputira, Chalé, Conceição de Ipanema, Divino, Durandé, Espera Feliz, Faria Lemos, Fervedouro, Ipanema, Lajinha, Luisburgo, Manhumirim, Martins Soares, Mutum, Pedra Dourada, Pocrane, Reduto, Santa Margarida e Santana do Manhuaçu. Tratou-se de uma oferta do Ministério da Saúde, que destinou recursos financeiros por meio do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), sendo a ESP-MG executora das ações. O curso teve como objetivo habilitar profissionais de nível técnico em Vigilância em Saúde para atuar no SUS, com capacidade de atuar na promoção, prevenção e recuperação da saúde do indivíduo e da comunidade.

ETSUS Vitória promove formação em saúde do idoso

A Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Profª Ângela Maria Campos da Silva (ETSUS-Vitória) iniciou, em 14 de junho, a 5ª turma do Curso de Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso, envolvendo auxiliares e técnicos em enfermagem da Região Metropolitana do Espírito Santo, que atuam nas unidades básicas de saúde e de Saúde da Família.

O curso, com 160 horas de duração — sendo 120 horas presenciais e 40 horas de atividades não presenciais —, conta com recursos do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) do Ministério da Saúde. As aulas são realizadas uma vez por semana, das 8h às 17h. Segundo a diretora da escola, Regina Célia Diniz Werner, o objetivo é qualificar os profissionais por meio do conhecimento técnico e científico e o desenvolvimento de habilidades básicas e específicas, instrumentalizando-os para uma assistência de enfermagem no atendimento à população idosa.

ESP-CE forma os primeiros técnicos em apoio ao acolhimento em saúde



Arquivo ESP-CE

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), por meio da sua Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps), promoveu de forma inédita o curso Técnico em Apoio ao Acolhimento em Saúde (TAAS). A formatura, realizada no dia 1º/7, contemplou vinte novos profissionais com aptidão a compor as equipes multiprofissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e capacidade de receber o usuário com escuta ativa, comunicação e informação, monitorando e avaliando a sua mobilidade no sistema, com vistas a contribuir com a atenção à saúde. "O trabalho é inerente ao exercício do cuidar em saúde e faz parte da Política Nacional de Humanização do SUS, revelando profissionais mais comprometidos com os usuários, por meio de práticas pautadas pela ética em saúde", sublinhou o diretor de Educação Profissional em Saúde da ESP-CE, Caio Cavalcanti.

A formação, cuja carga horária foi de 1.800 horas, foi dedicada aos trabalhadores de nível médio do SUS do município de Fortaleza. A proposta foi organizada em módulos temáticos, seguindo uma abordagem "em espiral", o que possibilitou a revisão da análise de problemas. A metodologia adotada foi a problematização, cuja base é, segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, o aumento da capacidade do estudante em participar como agente de transformação social, durante o processo de detecção de problemas reais e de busca por soluções originais. Desta forma, a equipe docente procurou mobilizar o potencial social, político e ético do estudante, sendo ele um cidadão e profissional em formação.

Cetas participa da formação em gestão estadual na saúde

Micropolítica da gestão e do trabalho em saúde, com ênfase na gestão estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) deu título ao curso promovido pelo Ministério da Saúde (MS), por meio de sua Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), na modalidade a distância. A proposta, cujo objetivo foi formar especialistas frente aos problemas e desafios da gestão estadual do SUS, contou com a parceria do Centro de Educação Técnico-Profissional na Área da Saúde (Cetas), na cidade de Porto Velho (RO), sediando os encontros presenciais.

Ao todo, no estado de Rondônia, 32 alunos fizeram parte do curso, sob a tutoria do professor Willian Millan. Segundo a diretora do Cetas, Angelita Mendes, as ações educativas visaram a fortalecer o processo de educação permanente e reafirmaram a importância do papel dos gestores no processo de trabalho em saúde.



Arquivo Cetas-RO

Saúde mental e saúde do idoso em destaque no Cetas

Com foco nas demandas locais de formação de profissionais que já atuam nos serviços de saúde e na estruturação da Rede de Atenção Psicossocial, o Centro de Educação Técnico-Profissional na Área da Saúde (Cetas), com sede em Porto Velho (RO), realizou no município de Pimenta Bueno, entre novembro de 2015 e abril de 2016, o curso de Qualificação em Saúde Mental. Foram 26 agentes comunitários de saúde capacitados por meio desta atividade, com carga horária de 200 horas, distribuídas entre teoria (180 horas) e dispersão supervisionada (20 horas).

Coordenadora do curso, a professora Cristina Alcoforado observou que a formação dos trabalhadores implicou importante estratégia para a melhoria dos serviços prestados às pessoas com transtornos mentais, além de ter oportunizado a troca de experiências e conhecimentos e ampliado a visão sobre o tema da saúde mental. O mesmo refletiu a diretora do Cetas, Angelita Mendes, para quem o curso também contribuiu para que os agentes comunitários de saúde consigam identificar possíveis situações de risco e demandar os centros de Atenção Psicossocial (CAPs).

Em Monte Negro, como segunda área focal, a escola formou 26 profissionais em saúde do idoso, entre agentes comunitários de saúde e técnicos em enfermagem, por meio da Qualificação em Cuidador do Idoso. O curso veio ao encontro das diretrizes estabelecidas no Pacto pela Vida de 2006 e da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, trazendo uma visão ampliada sobre a saúde dessa população e o processo de envelhecimento. Angelita ressaltou que a proposta tratou dos aspectos relativos à saúde física e às capacidades cognitiva, afetiva, social e funcional da população idosa.

ESP-MG participa de encontro da SBPC

Um dos maiores eventos de divulgação científica da América Latina, a 68ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada entre os dias 3 e 9 de julho, na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em Porto Seguro (BA), reuniu cerca de dez mil pessoas, entre pesquisadores, cientistas, autoridades, estudantes e profissionais de diversas áreas. Deste encontro, participou a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), junto com outras instituições mineiras, por meio da Rede Mineira de Comunicação Científica (RMCC). Ela esteve presente em debates sobre saúde global, saúde pública e coletiva, com destaque para palestras sobre a tríplice epidemia de dengue, chikungunya e zika, microscopia, popularização da ciência, gargalos na produção de vacinas e desafios da educação superior em saúde.

Sob o tema *Sustentabilidade, Tecnologias e Integração Social*, a 68ª Reunião da SBPC reuniu ao todo 2.152 trabalhos, sendo 430 pôsteres por dia. Do total, 1.607 foram trabalhos relativos a pesquisas científicas, experiências e práticas de ensino-aprendizagem e relatos de caso ou experiências. Os outros 545 trabalhos foram encaminhados por instituições.



Acervo ESP-MG

ESP-MG inaugura fórum representativo de trabalhadores

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) inaugurou, por meio da Portaria nº 16, de 13 de junho de 2016, a Mesa de Negociação Permanente. Trata-se de um espaço institucional permanente para aprimorar as relações de trabalho entre os servidores e a administração, com base na gestão participativa. "É uma abertura no diálogo entre os servidores e a gestão da ESP-MG. Agora teremos um espaço, dentro do SUS em Minas Gerais, para tratar de assuntos próprios da escola", comemorou a diretora de recursos humanos da instituição de ensino, Vanessa Wardil.

Demanda antiga dos servidores que fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais, a Mesa de Negociação Permanente da ESP-MG conta com integrantes da gestão e trabalhadores da escola e delegados sindicais do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais (Sind-Saúde MG). A proposta segue ao encontro da Mesa Estadual Permanente de Negociação do SUS-MG. Vale citar que cada instituição vinculada ao SUS do estado está instalando seus próprios espaços de representatividade.

ETSUS-PA forma novos técnicos em citopatologia

A Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres (ETSUS-PA) realizou, em 24/6, a solenidade de conclusão da primeira turma do curso Técnico em Citopatologia, formando 25 alunos. Com duração de quatro anos, o curso foi composto por módulos teóricos e práticos, incluindo os estágios supervisionados e atendimentos aos pacientes. O objetivo da proposta, conforme revelou o diretor Raimundo Senna, foi promover a formação de servidores da rede pública de saúde, para atuar em laboratório de citopatologia, segundo as especificidades da área, sob a perspectiva da promoção da saúde, da prevenção de agravos e do tratamento de doenças. O curso técnico foi oferecido pela ETSUS-PA em parceria com o Laboratório Central do Estado do Pará (Lacen), envolvendo trabalhadores das cidades de Belém, Castanhal, Ananindeua, Bagre, Portel, Breves, Cametá, Tailândia e Salinópolis.

Cursos de Instrumentação Cirúrgica e Técnico em Enfermagem na Efos

A Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, realizou a formatura da turma do Curso de Capacitação em Instrumentação Cirúrgica, no dia 30 de abril, no município de Turvo. Foram 25 trabalhadores formados em uma iniciativa que buscou atender as necessidades teórica e técnica do profissional da saúde que atua na área. A formação contou com 60 horas de aula.

No dia 21 de maio, a escola formou 21 novos técnicos em enfermagem. O curso técnico, que tem 1.200 horas de aula, entre teoria e atividades práticas, teve como objetivo formar profissionais para atuar na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença. Dentre os temas abordados na formação, destaque para os processos saúde-doença e seus condicionantes, as políticas de saúde, as áreas de anatomia, fisiologia, nutrição, farmacologia, microbiologia e parasitologia, o processo de trabalho, a humanização, a ética e a legislação profissional, os fundamentos da enfermagem e da enfermagem neonatológica, obstétrica, neuropsiquiátrica e UTI, o suporte básico à vida e a biossegurança.

Aos 70 anos, ESP-MG reafirma sua missão com o SUS

Os 70 anos da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), comemorados no dia 3 de junho, foram marcados por momentos de emoção. Sob o tema *ESP-MG: há 70 anos contribuindo para o fortalecimento da Saúde Pública em Minas Gerais*, servidores, gestores, ex-funcionários e convidados confraternizaram, compartilharam histórias e fatos marcantes da instituição. A então diretora da escola, Roseni Sena — falecida em 26/9 — ressaltou que, independente dos momentos desfavoráveis, a ESP-MG manteve-se atuante, reafirmando o seu importante papel na qualificação e formação de mais de 290 mil trabalhadores para os serviços de saúde, além de sanitaristas para todo o país. “Somos uma escola do SUS, para o SUS e pelo SUS”, sublinhou Roseni, ao ser homenageada pelos servidores com uma placa comemorativa que trazia o texto *Gaiolas e Asas*, do escritor Rubem Alves.

Ex-diretora da ESP-MG (1991-1993 | 1995-1996 | 2000-2002), Mariana Tavares lembrou experiências que vivenciou na escola, como os primeiros cursos na área de Saúde Mental, as discussões sobre os planos municipais de saúde, a idealização do Expresso SUS, a primeira formação dos conselheiros de saúde, a organização das conferências de saúde e, ainda, o esforço empreendido na década de 90 para se desenvolver pesquisas. “Sei que cada um que está aqui faria o mesmo que fizemos, pois a ideia dessa escola é inventar futuros melhores, em prol das saúdes individual, pública e coletiva”, resumiu.

No contexto do aniversário, a palestra *SUS - Política nacional com gestão descentralizada, repensando capacidades locais em contextos de desigualdades* lembrou a saúde como ferramenta de democracia. Ministrada pelo professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Gestão e Políticas Públicas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG), José Ângelo Machado, o debate promoveu uma reflexão sobre o cenário da saúde pública mineira e nacional.

O professor, que foi do corpo docente e pesquisador da ESP-MG, destacou que a escola teve um papel importante na saúde e na educação, na época da municipalização autárquica da saúde, bem como no incremento do papel regulador da União e dos estados, especialmente a partir das normas operacionais Básica (NOB/96) e da Assistência à Saúde (Noas) e do Pacto de Gestão. “A autonomia que o SUS proporcionou corrigiu em grande parte distorções em termos de capacidades fiscais locais, especialmente se tratando de Minas Gerais, com seus 853 municípios. Condição repasses e responsabilidades estratégicas, seja na atenção primária ou na média e alta complexidade”, observou.



Arquivo ESP-MG

Etsal capacita enfermeiros em municípios alagoanos

A Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (Etsal), unidade de ensino da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), promove em 102 municípios alagoanos a Atualização em Sala de Vacinas, por meio da qual serão capacitados até o fim do ano 900 enfermeiros. Os profissionais atuarão como multiplicadores junto à equipe de técnicos em enfermagem de suas cidades, com foco nos novos referenciais de vacinação de crianças, adultos e idosos. “É uma capacitação de cinco semanas, que trata de todo o ciclo de cuidados em sala de vacina, incluindo a chegada da vacina na unidade de saúde, a importância da conservação na temperatura adequada e as medidas de biossegurança”, revelou a diretora da Etsal, Janaina Andrade Duarte. Para participar do curso, os enfermeiros devem ser servidores da saúde no município e ter efetuado credenciamento para um banco de dados aberto pela Uncisal.

ETSUS Vitória com foco na formação em vigilância em saúde

A Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Profª Ângela Maria Campos da Silva (ETSUS Vitória) promove o curso Técnico em Vigilância em Saúde, inaugurado em fevereiro deste ano. A formação, prevista para terminar em dezembro de 2017, conta com 50 alunos, tendo por finalidade proporcionar ao profissional a requalificação e redirecionamento das ações de saúde no âmbito da promoção, proteção e regulação da saúde. Segundo a coordenadora pedagógica, Denise Mara Ramaldes Pedrosa, o curso é oferecido por meio do Núcleo Especial de Desenvolvimento de Recursos Humanos (NUEDRH) e do Núcleo de Educação e Formação em Saúde (Nuefs).

São 1.440 horas de aula, com estágio supervisionado de 40 horas. Segundo Denise, a metodologia de ensino segue estratégia que articula momentos de concentração, dispersão e estágio curricular supervisionado, mediado por docentes que organizam o processo de aprendizagem, orientando as atividades e acompanhando os avanços e dificuldades de cada aluno. As aulas são realizadas na sede da ETSUS, mas as turmas foram compostas por profissionais dos municípios de Vitória, Serra e Cariacica.

ETSUS Blumenau forma novos agentes comunitários de saúde

A Escola Técnica de Saúde de Blumenau promoveu, no primeiro semestre de 2016, a formatura de quatro turmas do curso de Formação Inicial do Agente Comunitário de Saúde (ACS). A proposta envolveu os municípios de Acurra, Apiúna e Rodeio (com 25 alunos), Timbó e Doutor Pedrinho (com 29 alunos), Porto Belo (com 21 alunos) e Balneário Piçarras (com 25 alunos), pertencentes às regiões da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) e da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), áreas de abrangência da escola.

Participaram das solenidades de formatura prefeitos, secretários municipais de saúde, gestores, bem como a diretora da ETSUS Blumenau, Cláudia Lange, e as coordenadoras técnica e pedagógica do curso, Daniela Maysa de Souza e Liane Girolamo, além de familiares e amigos dos formandos e os enfermeiros que participaram dos momentos de dispersão e concentração da formação. Com o objetivo de promover a reflexão crítica e criativa de sua realidade e, assim, fortalecer os processos de trabalho de profissionais que estão inseridos na Estratégia Saúde da Família, o curso, iniciado em setembro de 2015, contou com atividades de concentração e dispersão, em um total de 400 horas de aula.

ETSUS Vitória inaugura curso de abordagem ao fumante

Abordagem Básica ao Fumante foi o título dado ao novo curso promovido pela Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Professora Ângela Maria Campos da Silva (ETSUS-Vitória). Iniciado no dia 23 de junho, o curso propôs capacitar trabalhadores de saúde de nível médio para a implementação de ambientes livres do tabaco. A formação aconteceu concomitantemente ao curso de Abordagem Intensiva ao Fumante, para profissionais de nível superior de ensino. Os dois cursos, esclareceu a diretora, Regina Célia Diniz Werner, buscaram reunir profissionais dos dois níveis de ensino para a discussão conjunta do processo de trabalho.

A turma da abordagem básica, cuja carga horária foi de 40 horas de aula, encerrou as atividades no dia 21 de julho. Já a turma de abordagem intensiva, no dia 1º de setembro, completando uma carga horária de 80 horas.

As vagas da turma de abordagem básica foram ofertadas para os profissionais de nível médio que tivessem algum tipo de interação com o usuário do SUS, como auxiliar administrativo e auxiliares e técnicos em enfermagem, saúde bucal, farmácia, enfermagem, entre outros. A turma de abordagem intensiva contou com profissionais de saúde com nível superior, autorizados pela Portaria nº 442/2004, para a realização da função, a exemplo dos assistentes sociais, dentistas, educadores físicos, enfermeiros, farmacêuticos, médicos e psicólogos.

Números indesejáveis de contaminação

No artigo *Agrotóxicos – liderança indesejável no mundo*, publicado no Estadão, em 8 de julho, o jornalista Washington Novaes chamou atenção para as altas doses de resíduos químicos em frutas, verduras e legumes. “O consumo, no mundo, desses ingredientes cresceu 93% em dez anos; no Brasil, 190%”, escreveu. Ele apresentou dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sublinhando que 28% das substâncias usadas por aqui não são autorizadas, e citou afirmação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) relativa à contaminação por agrotóxicos de 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país. Ainda segundo o jornalista, com base na Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada ano, aumentam em 70 mil os casos de intoxicação aguda ou crônica provocados por agroquímicos.

Outro dado realçado por Novaes diz respeito à reavaliação pela Anvisa de 16 pesticidas, banidos nos Estados Unidos, Canadá e países da União Europeia, por temor de serem cancerígenos. Ele contou que há dez anos a Anvisa reavaliou os riscos ambientais do 2,4D, um dos componentes do Agente Laranja, que os EUA usaram na Guerra do Vietnã para eliminar florestas e plantações utilizados como esconderijos de guerrilheiros. Segundo a Cruz Vermelha Internacional, 150 mil crianças têm malformações congênitas por esse motivo – que os EUA contestam. E, segundo a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a OMS, é urgente diminuir o uso de praguicidas e substituí-lo pelo plantio direto nas lavouras, que reduz as pragas.

Um dos itens mais polêmicos nessa agenda é o glifosato, principalmente depois que a OMS e a FAO voltaram atrás em sua condenação anterior, prorrogando a liberação por 18 meses. Elas asseguram, segundo Novaes, que esse produto não provoca câncer em humanos. Uma especialista francesa, Marie-Monique Robin, porém, afirmou (7/5) que “o glifosato é o maior escândalo sanitário de toda a história da indústria química”. Mesmo depois da decisão da OMS, a França tornou a proibir a venda livre do produto. O fato é que, escreveu o jornalista, “as empresas produtores de agrotóxicos constituem um verdadeiro cartel, que domina o mercado mundial, algumas delas com mais de cem anos de existência, como a Monsanto”. A Bayer e a Syngenta e poucas mais fazem parte do grupo, acrescentou.

AC - Acre

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha
(68) 3227-2716 / 3226-7330 . escoladesaude.educacao@ac.gov.br . www.idep.ac.gov.br

AL - Alagoas

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
(82) 3315-3403 . etsal@etsal.com.br . www.etsal.com.br

AM - Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra
(92) 3878-7620 . etsus_saavedra@yahoo.com.br . www.cetam.am.gov.br

AP - Amapá

Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza
(96) 3212-5175 . grazielareis2010@bol.com.br

BA - Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis
(71) 3356-0811 / 0810 . sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efts

CE - Ceará

Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia
(88) 3614-2633 / 5520 . escoladesaudefamilia@sobral.ce.gov.br . ensinotp@gmail.com
www.sobral.ce.gov.br/site_novo/sec/esf . www.blogdaescolasobral.blogspot.com.br

Escola de Saúde Pública de Iguatu
(88) 3581-1708 . espiguatu@yahoo.com.br
www.iguatu.ce.gov.br/c/escola-de-saude-publica-de-iguatu

Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues
(85) 3101-1401 / 1403 . ascom@esp.ce.gov.br . www.esp.ce.gov.br

DF - Distrito Federal

Escola Técnica de Saúde de Brasília
(61) 3327-3914 . etesb.fepecs@gmail.com . www.etesb.fepecs.edu.br

ES - Espírito Santo

Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Profª Ângela Maria Campos da Silva
(27) 3132-5194 . escolasaude@correi01.vitoria.es.gov.br
www.vitoria.es.gov.br/servidor/escola-de-saude

Núcleo de Educação e Formação em Saúde da SES/ES
Tel: (27) 3194-3072 / 3298/ 3325-3272 (fax) . nefsdir@saude.es.gov.br
www.saude.es.gov.br

GO - Goiás

Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago
(62) 3201-3428 / 3425 . cepsaudees@gmail.com . www.saude.go.gov.br

MA - Maranhão

Escola Técnica do SUS Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva
(98) 3221-5547 / 9137-6220 / 3222-8347 . adm.etsus.ma@gmail.com
cpetsusma@gmail.com

MG - Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
(31) 3295-5090 / 6772 / 5896 . diretoria@esp.mg.gov.br / diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

Centro de Educação Profissional e Tecnológica / Escola Técnica de Saúde - Unimontes
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592 . ets@unimontes.br . www.unimontes.br

MS - Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão
(77) 3345-8055 / 8056 . etsus@saude.ms.gov.br . www.etsus.ms.gov.br

MT - Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso
(65) 3613-2324 / 2323 (fax) . dgesp@ses.mt.gov.br . www.saude.mt.gov.br/escola

PA - Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres
(91) 3202-9300 . etsuspa@gmail.com . www.etsus.saude.pa.gov.br

PB - Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos
(83) 3218-7763 / 7765 / 7501 . ceforuspb@gmail.com . www.ceforb.wordpress.com
www.facebook.com/ceforb

PE - Pernambuco

Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco
(81) 3184-4093 . ses.esppe@gmail.com . www.saude.pe.gov.br

PI - Piauí

Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez
(86) 3216-6406 / 2668 . etsus.piceeps@ymail.com

PR - Paraná

Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha
(41) 3342-2293 . sec.espp@sesa.pr.gov.br . www.saude.pr.gov.br

RJ - Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos
(21) 2334-7274 / 7268 . etis@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(21) 3865-9797 . epsjv@fiocruz.br . www.epsjv.fiocruz.br

RN - Rio Grande do Norte

Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa Souza
(84) 3232-7634 / 0823 . cefope@rn.gov.br . www.cefope.rn.gov.br

RO - Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde de Rondônia
(69) 3216-7307 / 7304 (fax) . cetars.ro@gmail.com . www.cetars.ro.gov.br

RR - Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima
(95) 3224-0092 / 3623-6891 . etsus_rr@hotmail.com . www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

RS - Rio Grande do Sul

Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul
(51) 3901-1508 . etsus@saude.rs.gov.br
www.escoladesaudepublica.rs.gov.br

SC - Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde
(48) 3665-4660 . direcaoefos@saude.sc.gov.br
contatoefos@saude.sc.gov.br . www.efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau
(47) 3322-4271 . etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

SE - Sergipe

Centro de Educação Permanente da Saúde
(79) 3259-8500 . saude.ceps@aracaju.se.gov.br

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe
(79) 3211-5005 . etsus@funesa.se.gov.br . www.ses.se.gov.br

SP - São Paulo

Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS-SP de Araraquara
(16) 3335-7545 . cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco
(11) 3681-3994 / 3699-1916 (fax) . cefor-osasco@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis / Escola Técnica do SUS de Assis
(18) 3302-2226 / 2216 . drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde Franco da Rocha
(11) 4811-9392 . chj-cefors@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo
(11) 5080-7458 / 7459 / 7462 (fax) . ceforetus-sp@saude.sp.gov.br

Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde / Escola de Auxiliar de Enfermagem
(13) 3856-2362 / 9716 . ceforh@consaude.org.br . ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

Escola Municipal de Saúde

(11) 3846-4569 / 1134 . emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br / ems@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/ems

TO - Tocantins

Diretoria da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
(63) 3218-6280 . gabinete@etsus.to.gov.br
www.etsus.to.gov.br . www.saude.to.gov.br



RET-SUS

Rede de Escolas Técnicas do SUS

A Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS) é composta por 40 Escolas Técnicas e Centros Formadores de Recursos Humanos do SUS presentes em todos os estados do Brasil. Trata-se de uma rede governamental criada pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil, que tem como proposta o incentivo à articulação, à troca de experiências e a promoção de debates coletivos e da construção de conhecimento na área da educação profissional em saúde, visando o fortalecimento da formação de nível médio para a Saúde.



Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse www.retsus.fiocruz.br



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde



www.retsus.fiocruz.br | www.facebook.com/retsussaude | www.twitter.com/RET_SUS | (21) 3865-9779 / 9809 / 9796

